

Arte dos mestres

A contribuição da UFRGS para o campo artístico

Cultura Na Porto Alegre do início do século XX, o campo das artes visuais ainda era incipiente: havia pouca produção, a formação dos artistas se dava com iniciativas independentes de pintores locais e o comércio de obras ainda era pequeno. Nesse contexto, o pintor Libindo Ferrás tinha uma carreira consolidada e sua obra movimentava o mercado de arte. Imbuído do espírito de um grupo de intelectuais da cidade, deu início, em 1910, ao curso de artes visuais na escola que desde 1908 oferecia aulas de música e que, mais tarde, seria o embrião do atual Instituto de Artes da UFRGS. Os artistas contratados a partir de então para compor o corpo docente da instituição desempenharam papel fundamental na formação da classe artística porto-alegrense. Fernando Corona, por exemplo, foi decisivo para a carreira da maioria dos escultores que passaram pelo Instituto. Além disso, o campo artístico da capital se constituiu, em alguma medida, a partir da crítica de arte feita por Ângelo Guido na imprensa e da fundação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul por Ado Malagoli. Também nomes como João Fahrion, reconhecido nacionalmente por seus retratos e figuras femininas, e a desenhista Alice Soares, cuja contribuição maior foi a legitimação do desenho como forma artística autônoma, foram definidores para a consagração da produção local e para o desenvolvimento de linguagens menos atreladas à tradição acadêmica e mais sintonizadas com o que se produzia naquele momento em outros lugares. Reunia-se, então, no futuro IA, a maior parte dos agentes responsáveis pela movimentação cultural em Porto Alegre.

Página Central

A obra de João Fahrion serviu de referência a toda uma geração de artistas formada pelo IA. Ao lado, o guache sobre cartão *Gente que passa*



AGÊNCIA PINACOTECA BARRIO DE SANTO ANGELO DO INSTITUTO DE ARTES

AMÉRICA LATINA

Ollanta Humala deve favorecer os setores nacionais

A vitória do nacionalista nas eleições do Peru simboliza a esperança de um futuro melhor para um país sem um sistema político estável. Conforme Rodrigo Gonzalez, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade, Humala suavizou seu discurso, afirmando que irá respeitar a empresa privada e os tratados de livre-comércio. Já a professora Cláudia Wassermann, do Departamento de História da UFRGS, considera que a vitória do líder peruano resulta de um trabalho partidário que se assemelha em muito à trajetória do ex-presidente Lula, pois houve um amadurecimento do sistema político e dos partidos. **P10**

política O Movimento da Legalidade 50 anos depois **P4**

aids Distribuição de coquetel não impede disseminação **P2**

MILTON SANTOS

O legado do geógrafo que criticou a globalização

A capacidade de fazer relações interdisciplinares, levando teorias de outras áreas para a Geografia, garantiu ao baiano Milton Santos (1926-2001) um lugar de destaque entre os intelectuais brasileiros. Neto de escravos e filho de professores, ele atuou na política estudantil, trabalhou em um jornal ligado à esquerda e tornou-se professor universitário. Preso logo após o golpe de 1964, saiu da cadeia para o exílio na França. Em sua volta

ao Brasil, defendeu a discussão dos problemas dos espaços subdesenvolvidos do terceiro mundo. Ao sugerir a subversão das premissas da globalização, Milton Santos foi na contramão do pensamento único, denunciando o discurso segundo o qual todos os países deveriam se abrir ao mercado, ainda que submetidos ao que o geógrafo chamava de "mais-valia globalizada", prejudicial aos subdesenvolvidos. **P11**

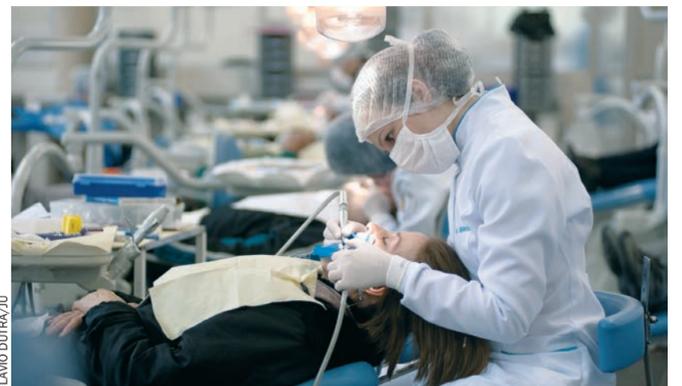
Ensino Especialistas analisam a polêmica em torno do livro do MEC **P5**

INFRAESTRUTURA

Começam as obras do Hospital Universitário Odontológico

No primeiro semestre de 2013, Porto Alegre deverá ganhar seu primeiro Hospital Universitário Odontológico, voltado para o atendimento dos pacientes do Sistema de Único de

Saúde (SUS). A construção teve início no mês de junho e terá capacidade para atendimento de 700 pessoas por dia, inclusive no turno da noite. **P7**



FLÁVIO DUTRA/JU

Espaço da Reitoria

Valquíria Linck Bassani
Pró-reitora de Graduação da UFRGS

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecke Rosing, Cesar Zen Vasconcellos, Daltro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva, Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico e diagramação
Juliano Bruni Pereira
Fotografia
Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcetta
Bolsistas
Dalane de David, João Flores da Cunha e Luiz Eduardo Kochmann
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem
12 mil exemplares

Informatização da gestão acadêmica: eficiência e transparência

A otimização de procedimentos nos processos administrativos por meio da informatização adquire cada vez maior relevância na gestão acadêmica, em especial para as Instituições Federais de Ensino Superior, que experimentam um extraordinário momento de expansão e reestruturação, acompanhado do anseio de alcançar a excelência acadêmica.

Na UFRGS, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) está andando a passos largos nessa direção. Em 2009, o Projeto Processos iniciou a reestruturação tanto organizacional quanto de procedimentos administrativos da Pró-reitoria, por meio da automação de serviços repetitivos, do atendimento ao aluno, de comissões e unidades da Universidade e de órgãos e público externos, priorizando-se etapas de atendimento ao público mais amplo.

As distâncias entre os estudantes e o Departamento de Consultoria em Registros

Discentes (Decordi) foram drasticamente reduzidas pela criação de sistemas de consulta em tempo real pela rede interna de computadores e pela Internet (acesso em qualquer tempo, de qualquer lugar), tais como: atendimento via correio eletrônico ou salas virtuais de bate-papo, atestados e relatórios gerais de atividades acadêmicas do discente com autenticação eletrônica.

Com isso, o estudante ganha agilidade e tempo para se dedicar às atividades-fim de sua vida acadêmica. Os Planos de Ensino eletrônicos são outro exemplo. Estão disponíveis no Portal do Aluno no primeiro dia de aula. Após a aceitação do aluno, este poderá obter os Conteúdos Programáticos das disciplinas automaticamente no Portal. Os Planos de Ensino eletrônicos são também disponibilizados para as Comissões de Avaliação dos Cursos do Ministério de Educação e para a aquisição de títulos pela

Biblioteca Central.

Outro passo importante para a otimização dos processos foi a recente implantação da Digitalização dos Documentos dos Estudantes, que permitirá às Comissões de Graduação e ao próprio estudante consultar a “pasta do aluno” no portal da Universidade, via Internet.

A informatização do processo de diplomação é outro destaque de excepcional significado, pois, além de trazer ao aluno o benefício de receber o diploma no dia da colação de grau, elimina milhares de atendimentos presenciais no Decordi.

A equipe da PROGRAD tem presente que há ainda muito trabalho a ser realizado para fazer face às demandas do mundo contemporâneo, pois a gestão e o acesso à informação constituem premissas para o alcance da excelência acadêmica com a transparência peculiar de uma instituição pública.

Mural do leitor

Maestro premiado

Participo de um coral, e nosso maestro acaba de ganhar importante prêmio de canto lírico. Francis Padilha é nascido em Campo Grande, mas está há 15 anos na capital, onde graduou-se no Instituto de Artes da UFRGS, em 2005, em Canto e Regência Coral. Acho que o Prêmio obtido por ele é um orgulho para a cultura do RS e para a UFRGS, em especial, por ter-lhe dado formação. Seria bom noticiar ou fazer uma matéria com ele, não acham?

► **Silvia Maria Rocha, aposentada**

jornal@ufrgs.br

Errata

A Lei de Anistia brasileira não foi “pensada pelos militares para ser ampla, geral e irrestrita”, como consta na reportagem *O exemplo que vem de fora*, publicada na página 10 da edição de maio do JÚ. Essa era uma reivindicação dos opositores do regime.

A EDITORA

Memória da UFRGS

INÍCIO DA DÉCADA DE 1970
Num dos primeiros salões de Artes Visuais da UFRGS, realizado no Salão de Festas da reitoria, a obra do escultor Guma ganhou destaque. O escultor Gomercindo da Silva Pacheco era servente do IA nos anos 1960. Pelo contato com alunos e mestres, acabou transformando-se em escultor (primitivo), com marcas características pessoais e estilo bem definido. Acolhido pela comunidade artística, participou de coletivas ao lado de nomes consagrados. (Texto baseado no verbete sobre o artista, extraído do *Dicionário de Artes Plásticas do Rio Grande do Sul*, de Renato Rosa e Décio Presser – publicado pela Editora da UFRGS em 1997.)



ACERVO FABICO

Artigo

HIV: já se passaram 30 anos

Há 30 anos, os primeiros casos de pacientes homens com AIDS começavam a ser descritos em São Francisco e Nova Iorque. Cogitava-se que um vírus transmitido pela via sexual estaria causando uma grave imunodeficiência, resultando no aparecimento de doenças oportunistas que levariam à morte. Não tardou muito para, em 1983, Luc Montagnier e sua então aluna Françoise Barré-Sinoussi, na França, isolarem e identificarem o vírus vilão (HIV-1). Nessa época, como aluno de sexto ano de Medicina, estagiando no Jackson Memorial Hospital, em Miami, atendi meu primeiro caso de paciente com AIDS. Jamais vou esquecer desse episódio. Tratava-se de um paciente haitiano com grave pneumonia causada por um fungo oportunista, chamado *Pneumocystis jirovecii*. Perguntei ao meu preceptor qual seria a conduta médica, e ele respondeu que poderíamos tratar a infecção fúngica pulmonar, mas que para a infecção causada pelo HIV não havia tratamento. Curaríamos certamente a infecção pulmonar; a imunodeficiência, no entanto, persistiria e outras doenças oportunistas apareceriam e levariam o paciente ao óbito. Naquela época, o Haiti já possuía uma alta prevalência de infecção pelo vírus e fazia parte do chamado “grupo de risco dos quatro Hs”, com forte tendência estigmatizante (haitianos, homossexuais, usuários de heroína e hemofílicos), fundamentada na transmissão sexual aliada ao comportamento de risco, ao compartilhamento de seringas por uso de drogas e à administração de fator VIII para hemofílicos através de um pool de doadores. Não havia um teste diagnóstico para o HIV-1, e todo sangue e derivados eram potencialmente infecciosos. Por coincidência,

meu colega de quarto era um médico brasileiro hemofílico que também estagiava no hospital e acabou se infectando com o HIV-1, morrendo logo em seguida.

Em janeiro de 1985, o primeiro teste diagnóstico para o vírus foi aprovado pelo FDA. O sangue e seus derivados tornaram-se mais seguros. Em 1987, o Food and Drug Administration (FDA) aprovou o primeiro antirretroviral, o AZT, para o tratamento do HIV-1. Mas a infecção se alastrava pelos continentes latino-americano, europeu, asiático e, especialmente, africano, atingindo níveis pandêmicos. Um novo padrão epidemiológico decorrente da transmissão heterossexual e de infecções em mulheres e recém-nascidos começava a ser descrito especialmente no continente africano.

No Brasil, durante minha residência médica no final da década de 80, os hospitais registravam as primeiras internações de pacientes infectados pelo vírus HIV-1. Invariavelmente, os pacientes, mesmo tratados com monoterapia pelo AZT e posteriormente com outros antirretrovirais da classe dos inibidores da transcriptase reversa, associados ou não, como DDI, DDC e D4T, não respondiam ao tratamento, e já se suspeitava que o vírus havia se tornado facilmente resistente a essas medicações em um tempo relativamente curto. No período de 1990 a 1995, vivenciávamos no país um período crítico da pandemia. Sabíamos que a prevenção, ancorada na cultura do uso de preservativos, era a principal arma no combate à doença, mas muitas vezes difícil de ser assimilada e também custeada no âmbito da saúde pública. Alta incidência de infecções pelo HIV-1 era relatada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Pacientes infectados com múltiplas doenças oportunistas, como tuberculose, cripto-

cocose, sarcoma de Kaposi, linfoma, pneumocistose e toxoplasmose cerebral, se aglomeravam nas emergências dos principais hospitais públicos de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Como *fellow* da Boston University Medical Center no final da década de 90, pude conviver com uma situação nos EUA não muito diferente da do Brasil. A busca por um tratamento efetivo tornava-se crucial naquele momento. Celebidades e famosos, como Cazusa, Renato Russo, Fred Mercury, Rock Hudson, Betinho e Henfil, acabaram sendo vitimados pelo HIV-1.

Em 1996, um americano chamado David Ho desenvolveu e preconizou o princípio terapêutico da terapia antirretroviral altamente eficaz contra o HIV-1, na qual a combinação de antirretrovirais (coquetel), agindo em diferentes locais, conseguia inibir a replicação viral, estancar a destruição de linfócitos CD4 e o processo gradativo de imunossupressão, evitando, assim, o aparecimento das temíveis doenças oportunistas.

De volta ao Brasil, pude observar que os pacientes infectados pelo HIV com doenças oportunistas graves começavam a ser tratados com o coquetel, composto de 10 a 15 comprimidos diários. Foi uma experiência impressionante: os pacientes melhoravam rapidamente, apesar dos parafreitos das medicações. A mortalidade começou a declinar rapidamente em países como Estados Unidos, França, Inglaterra e, particularmente, no Brasil, onde a medicação era disponibilizada gratuitamente (*free access*) para o tratamento e já se iniciava a produção em nível nacional dos antirretrovirais genéricos. A política do *free access* também contribuiu para diminuir a incidência da doença no Brasil, pois incentivou o aconselhamento e a realização dos testes

para detecção do vírus na população. Infelizmente, esse contexto não se repetiu no continente africano e em outros países subdesenvolvidos na Ásia e no Caribe, onde o acesso à medicação antirretroviral é restrito ainda nos dias de hoje. Atualmente, são aproximadamente 33 milhões de pessoas infectadas pelo HIV no mundo e somente 6 milhões têm acesso à medicação. Os esforços de organizações não governamentais e de alguns países que incentivam a prevenção e o tratamento, em especial de gestantes infectadas, assim como a própria implementação e exportação de tecnologia para a produção de antirretrovirais têm ajudado a melhorar esse cenário.

Hoje, já conhecemos muito bem a dinâmica viral e a biologia molecular do HIV-1. No entanto, não conseguimos ainda instituir um tratamento curativo para os pacientes. Estamos ainda longe de desenvolvermos uma vacina preventiva efetiva, pois isso envolve estudos clínicos longos, dispendiosos e muitas vezes de resultados duvidosos e decepcionantes, como o que ocorreu com a primeira vacina preventiva (AIDSVAX), em 2003. O desenvolvimento de uma vacina terapêutica talvez seja a melhor estratégia para que possamos posteriormente extrapolar para a vacina preventiva. Apesar de todos os avanços e de um brilho no fim do túnel, precisamos continuar a aprimorar nosso trabalho na prevenção da AIDS, no sentido da mudança de comportamento, como o uso de preservativos para homens e mais recentemente para mulheres como o principal e o mais importante fundamento no início das relações sexuais.

Luciano Z. Goldani

Professor associado de Infectologia da Faculdade de Medicina - UFRGS



Evandro Flores em meio às pastas de documentos que hoje superlotam o arquivo do Decordi

FLAVIO OLIVEIRA/JU



UFRGS TV

Programa Multiponto

Matriz energética brasileira – para um mundo mais sustentável

O conjunto das fontes das quais tiramos energia para a indústria, para o comércio, para nossas casas e nossos carros é uma das mais limpas do planeta. Quase metade da energia consumida em nosso país é renovável. Esse número se torna ainda mais impactante se comparado à matriz energética mundial, que é constituída de mais de 80% de combustíveis provenientes de fontes não renováveis.

Diante desses dados, o programa Multiponto propõe uma discussão sobre as potencialidades da matriz energética brasileira. A geração de energia é possível a partir da utilização de recursos naturais, como os ventos e a luz solar, além de produtos como a mandioca e o óleo de cozinha, entre outros. Professores e pesquisadores da UFRGS explicam as vantagens oferecidas por essas fontes alternativas.

Atualmente, ocorrem diversos conflitos entre países envolvendo a disputa por fontes de energia. Para o engenheiro civil e professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas Carlos Eduardo Tucci, “hoje a capacidade de o Brasil atrair investimentos é muito alta. E energia sempre foi e vai ser um setor estratégico [...], é uma questão de colocar os investimentos e fazer as opções no devido tempo”. Financiamentos em pesquisa nessa área viabilizam o desenvolvimento do país, sendo indispensável o apoio do governo para efetuar a troca das atuais fontes de energia por alternativas renováveis.

A professora da Escola de Engenharia Adriane Prisco Petry explica que a substituição das energias tradicionais por opções renováveis “é tecnicamente possível, mas primeiro tem que haver a decisão política para que isso ocorra. Em segundo lugar há a questão econômica [...]. Além disso, existe todo um mercado que se desenvolve em torno de outras fontes de energia”.

As fontes renováveis, além de serem uma opção frente à disputa econômica por energia, são consideradas alternativas limpas, pois colaboram para a preservação do meio ambiente. O professor Dimitrios Samios, do Instituto de Química, que desenvolve pesquisas sobre o biodiesel, afirma que “estamos aprendendo a viver de acordo com aquilo que a natureza está nos dando. Ao voltar à natureza, estamos começando a reaprender o que é importante, sem agredi-la”. Para ele, “o convívio pacífico e ecológico entre o ser humano e a natureza deve ser um dos maiores objetivos do cientista”.

Karen del Mauro, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

Assista aos programas

Para saber mais sobre as perspectivas de energia para o nosso país, assista ao programa Multiponto, que será exibido em duas partes, nos dias 7 e 14 de julho, às 20h, pela UNIV, canal 15 da NET POA, com reprise às 23h.

Informatização Decordi digitaliza documentos de alunos

O Departamento de Controle e Registro Discente (Decordi), da Pró-reitoria de Graduação da UFRGS, apresentou em 13 de junho seu novo sistema digitalizado de acesso à documentação. O sistema foi desenvolvido por meio de uma parceria com o Centro de Processamento de Dados (CPD) e com uma empresa terceirizada que forneceu o software utilizado para indexar e armazenar os documentos.

Evandro Gomes Flores, analista de tecnologia da informação da Pró-reitoria de Graduação e responsável pela implantação do projeto, explica que já estão disponíveis no Portal do Aluno todas as informações dos estudantes que ingressaram no primeiro semestre deste ano e, até o final de agosto, deverão ser digitalizados os documentos daqueles que passaram a integrar a comunidade estudantil da UFRGS em 2010.

Por ocasião da matrícula presencial dos bixos de 2011/2, os novos alunos já irão experimentar a novidade, que, além de eliminar a necessidade da guarda física dos documentos por parte da Universidade, irá facilitar o encaminhamento de uma série de solicitações que antes exigiam idas e vindas dos estudantes nos guichês do Decordi.

“O aluno e a Universidade sairão ganhando. A Universidade, pelo que isso representará em termos de economia de papel e de espaço físico, e o estudante, pela facilidade desses documentos estarem guardados num banco de dados acessível via Portal do Aluno. Quando ele tiver de retornar à UFRGS para fazer uma pós-graduação, por exemplo, essa documentação não precisará ser reapresentada”, explica o analista.

Evandro esclarece que a digitalização não elimi-

na a obrigatoriedade de abertura de processo: em alguns casos, ainda haverá necessidade de colocar tudo no papel. “A digitalização dos documentos entregues pelos alunos durante a matrícula é o primeiro passo. Num segundo momento, vamos entrar com a digitalização do processo de diplomação. Assim, o estudante que estiver se diplomando poderá ele mesmo fornecer os documentos necessários através do sistema, digitalizando e disponibilizando esse material pelo Portal do Aluno.” Segundo ele, a ideia é fazer com que futuramente todos os processos de entrega de documentos sejam automatizados.

Quanto aos arquivos documentais dos alunos, isto é, os documentos originais hoje depositados em pastas arquivadas no Decordi, futuramente a Universidade deverá abrir editais estipulando um prazo para a devolução desse material.

História política

Universidade e Assembleia assinam convênio

Com o objetivo de proporcionar o registro da história política rio-grandense e de seus representantes no Parlamento Gaúcho, foi assinado no dia 20 deste mês um convênio que articula os Programas de Pós-graduação da Ciência Política e da História da UFRGS com a Assembleia Legislativa. O documento prevê o desenvolvimento de atividades no Memorial da Assembleia com vistas à reconstrução da história da classe política gaúcha no período compreendido entre 1891 a 2010. Para a coordenadora do convênio junto à UFRGS, professora Maria Izabel Saraiva Noll, a iniciativa garantirá a continuidade de parcerias que já existem de forma isolada. “Acredito que será importante para que o Memorial possa dar visibilidade ao material histórico de pesquisa que possui. Para a Universidade, representa uma oportunidade de atingir setores que normalmente não têm acesso ao tipo de conhecimento produzido no meio acadêmico”, disse a professora. Dentre as ações previstas estão cursos de formação de assessores, organização de eventos e publicação de livros e exposições.

Meio ambiente

Universidades propõem revitalização do arroio

O pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, João Schmidt, e o gestor de Relacionamento do TecnoPuc, Luiz Humberto Villwock, entregaram ao prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, um projeto para a revitalização do arroio Dilúvio. A proposta das duas universidades, apresentada em 20 de junho, prevê a elaboração de

um projeto para unir as competências acadêmicas das duas instituições, de forma que a comunidade passe a conviver com o arroio, que tem sua nascente no município de Viamão e atravessa uma das mais importantes vias da capital. No plano apresentado ao prefeito, foram destacadas algumas ações para dar início às ativi-

dades: tratar do saneamento urbano e da recuperação das nascentes de córregos de toda a bacia, buscar os recursos financeiros necessários e viabilizar mecanismos para a execução do projeto em curto espaço de tempo. Fortunati considerou a proposta inovadora e reforçou o comprometimento da prefeitura.

Comunicação

UFRGS sedia XX Compós

De 14 a 16 de junho, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade sediou a vigésima edição do encontro anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós). Conforme dados divulgados pela organização, o encontro teve recorde de inscritos, com a participação de 408 pesquisadores distribuídos em 15 grupos de trabalho.

No primeiro dia de atividades, Michael Schudson, professor da Universidade de Columbia (EUA), apresentou o seminário intitulado *Jornalismo, Comunicação e Política*. No encontro, realizado na Sala II do Salão de Atos, Schudson afirmou que

o jornalismo existe mesmo sob os regimes de exceção, mas que é difícil imaginar que a democracia possa existir sem o jornalismo.

A presidente da Associação, professora Itania Maria Mota Gomes (gestão 2009-2011), da Universidade Federal da Bahia, avaliou positivamente o congresso: “Pela primeira vez, promovemos um seminário com um autor estrangeiro, representando um investimento na internacionalização. Além disso, tivemos a entrega dos prêmios da primeira edição do Prêmio Compós de Teses e Dissertações, uma ação importante para incentivar a qualidade da produção científica no âmbito dos programas de

pós-graduação em Comunicação”. A pesquisadora salientou ainda que este é o único evento no qual cada um dos trabalhos selecionados para os grupos de trabalho têm uma hora de debate garantida. “Não se trata de simplesmente apresentar o trabalho, pois a ideia é que se crie um espaço de interlocução entre os pesquisadores. A Compós também financia as despesas daqueles que têm seus textos aprovados, com o compromisso de que eles participem integralmente do GT”.

O encontro encerrou-se com uma sessão de autógrafos no saguão da Fabico em que foram lançadas 29 obras sobre diferentes focos das pesquisas da área de Comunicação.



1961-2011

50 anos do Movimento da Legalidade

Profa. Carla Simone Rodeghero*

Entre o final de agosto e o início de setembro de 1961, uma ampla mobilização política, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, garantiu a posse de João Goulart na presidência da República. Em 2011, quando estão sendo lembrados os cinquenta anos desses fatos, surge uma oportunidade para situar aqueles dias intensos em um quadro mais amplo, que é o da democracia que o Brasil viveu entre 1945 e 1964.

A partir de 1945, antigos e novos atores políticos passaram a disputar espaço na definição dos rumos do Brasil. Além da atuação dos partidos criados a partir de apoiadores e de opositores do Estado Novo (PSD e UDN, respectivamente), assistiu-se à emergência dos trabalhadores urbanos na política, começando pelo movimento queremista e se dirigindo, em seguida, ao Partido Trabalhista (PTB). Percebendo as mudanças na política internacional e interna nos anos finais da Segunda Guerra, Vargas passou a estreitar relações com os trabalhadores urbanos. Estes, beneficiados pela legislação trabalhista – que tinha sido sua bandeira de luta desde a Primeira República –, não viam com bons olhos as correntes de opinião que, no início de 1945, pediam o afastamento de Getúlio do poder. Pela primeira vez, trabalhadores urbanos se manifestaram para além de suas demandas sindicais e pretenderam fazer política.¹ Getúlio, no entanto, foi forçado a renunciar, pressionado tanto pela oposição quanto por militares como Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro – homens que até então o tinham sustentado no poder. Para estes, era inconcebível a aproximação que se desenhava entre Vargas e os trabalhadores e, ainda, o apoio que o presidente tinha recebido do Partido Comunista.²

Durante o mandato do general Eurico Dutra, eleito ao final de 1945, o Brasil viveu a aurora da Guerra Fria. Seu governo foi marcado por uma intensa repressão ao movimento sindical e pela perseguição a funcionários públicos acusados de subversão. O Partido Comunista foi fechado, e os parlamentares eleitos pela sigla tiveram seus mandatos cassados. Apesar de Dutra ter sido eleito como o candidato da situação, afastou-se radicalmente da herança de Vargas. Com a volta deste à presidência da República na eleição de 1950, ficou cada vez mais clara a existência de diferentes modelos de desenvolvimento para o país. Eles diziam respeito a distintos graus de aceitação da interferência do Estado na economia; maior ou menor apoio à presença do capital estrangeiro; diferentes formas de inserção brasileira no quadro internacional da Guerra Fria; posturas diversas ou até opostas em relação às manifestações sindicais e políticas dos trabalhadores urbanos; rechaço ou tentativas de tocar na questão dos trabalhadores do campo e na Reforma Agrária.

As polêmicas em torno da criação da Petrobras, em 1954, por exemplo,

foram representativas dessas diferenças: a quem caberia explorar o subsolo brasileiro? Ao Estado? Ao capital privado nacional? Ao capital internacional? Quem definiria as prioridades e o volume de investimentos? O governo? As forças do mercado? Como a questão do petróleo se relacionava com o projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil? O Brasil poderia almejar ser um país industrializado? Ou deveria, ao contrário, aprofundar sua vocação agrícola?³

Se, no caso da exploração do petróleo, ficaram claras as posições sobre o projeto global de desenvolvimento, em outras situações, durante o Segundo Governo Vargas (1951-54), o que gerou conflito foi a forma como eram tratados os trabalhadores, especialmente aqueles organizados em sindicatos. A intensa repressão do governo Dutra cedeu lugar a um tratamento mais respeitoso por Vargas, como se vê na nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, em junho de 1953, em meio a uma crise desencadeada por uma onda de greves. O jovem ministro, por ser presidente do PTB, tinha proximidade com as lideranças sindicais e, por meio de uma estratégia de diálogo, conseguiu com que a greve dos marítimos, então em curso, fosse concluída com rapidez e com conquistas para os trabalhadores. Começou a ser construído aí um conjunto de imagens em torno de Jango: tanto a imagem do ministro que dialoga, que sabe escutar, que se aproxima dos trabalhadores, quanto a do ministro que se deixa levar pelos maus trabalhadores, por aqueles que não trabalham e querem espalhar ideologias estranhas à índole brasileira. Como última medida no Ministério, no início de 1954, Jango propôs um aumento do salário mínimo de 100% e, com isso, mostrou a marca de si que gostaria de deixar para a posteridade.⁴

No mesmo ano, os opositores de Vargas, munidos pelo escândalo da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, denunciaram o “mar de lama” no qual o presidente estaria afundado e pressionaram-no para que renunciasse. Em 24 de agosto de 1954, Vargas optou pelo suicídio e pôs fim à crise em curso. Multidões nas ruas, revolta e quebra-quebra. Isso fez a oposição ver a extensão do apoio popular ao presidente morto.

A morte de Vargas não significou a morte do getulismo, tanto no que se refere a um projeto de desenvolvimento quanto ao apelo ao nacionalismo e a um tipo particular de relação com os trabalhadores. Mesmo que no governo de JK, eleito em 1955 pela aliança entre PSD e PTB, o país tenha sido aberto ao capital estrangeiro, sem os escrúpulos do governo Vargas, continuou em curso um esforço de desenvolvimento orientado pelo Estado e houve, também, uma relação relativamente respeitosa do governo com as demandas dos trabalhadores urbanos. Não se viveu um clima de “caça às bruxas”, como acontecera no tempo de Dutra. Essa tranquilidade pode ser ter sido resultado da presença de Jango no



ACERVO MUSEU HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

Dentre as variáveis que contribuíram para que o desfecho do movimento fosse favorável aos defensores da legalidade, está a decisão dos militares subalternos e de alguns oficiais de não cumprirem ordens contrárias à Constituição

governo como vice-presidente eleito pelo PTB. As dificuldades do final do governo JK, especialmente a inflação e o rompimento com o FMI, criaram espaço para o sucesso da plataforma reformista e moralista do candidato da oposição.

Apoiado pela UDN, Jânio Quadros venceu a eleição de 1960 e assumiu no início do ano seguinte, tendo como vice João Goulart, da chapa oposta (PSD/PTB). Foram poucos meses de um governo titubeante que levou Jânio a uma situação de isolamento. A política externa independente, que começava a ganhar força, por exemplo, fazia com que se quebrasse o alinhamento quase “natural” do Brasil com os Estados Unidos. Daí uma postura menos submissa em temas como as sanções a Cuba; daí a busca de novos mercados, como a China comunista, em cujo solo Jango se encontrava quando da renúncia de Jânio.

Sabemos o que aconteceu então: os ministros militares de Jânio Quadros

viram na posse de Jango a possibilidade de retorno ou de reforço do projeto getulista, agora numa dimensão radicalizada. Consideraram inconveniente a volta do vice ao Brasil e lembraram do episódio na gestão de Jango como ministro do Trabalho, quando teria promovido agitações nos meios sindicais, no seio dos quais estariam em ação agentes do comunismo internacional. A posse do vice passou a ser defendida pelo governador gaúcho Leonel Brizola, que conseguiu o apoio do III Exército, na pessoa do comandante, general Machado Lopes. Seguiram-se fatos como a ameaça de bombardeio do Palácio Piratini, a desmontagem das bombas em Canoas, a requisição da Rádio Guaíba e a montagem da Rede da Legalidade, a transformação do Palácio em trincheira e o afluxo de apoiadores à causa encabeçada pelo governador.

Entre os apoiadores, vale destacar, estavam representantes das novas categorias que vinham buscando espaço no campo político: militares nacionalistas, entre os quais alguns oficiais e um número maior de subalternos das Forças Armadas e da Brigada Militar, estudantes, pessoas envolvidas na luta pela Reforma Agrária, trabalhadores urbanos sindicalizados e um número significativo de “populares”. As fotos da época, as manchetes dos jornais gaúchos, os testemunhos dos contemporâneos nos dão esse panorama.

Diferentes variáveis contribuíram para que o desfecho – a posse de Jango – fosse relativamente favorável aos defensores da legalidade. Entre essas variáveis, podem-se mencionar: a presença de povo na rua e a perspectiva da deflagração de uma guerra civil; a decisão dos militares subalternos e de alguns oficiais de não cumprirem ordens contrárias à Constituição; o carisma e a liderança de Brizola, que capitalizou para sua campanha apoios conseguidos nos anos anteriores, como prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul; a conquista de apoio da Igreja, na pessoa de D. Vicente Scherer, e do III Exército, já mencionado; o peso da bandeira da legalidade, num período no qual a estratégia do golpe era uma das mais tentadas e valorizadas pela oposição antigetulista.

Muitos outros aspectos poderiam ser levantados para se falar sobre o Movimento da Legalidade. Procurou-se,

aqui, situar a crise, os acontecimentos que se sucederam freneticamente em poucos dias num quadro mais amplo, que ajuda a entender os dilemas da democracia que existia no Brasil antes do golpe de 1964. Algumas cenas daqueles dias podem ser vistas na exposição O Movimento da Legalidade, promovida pelo Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS e pelo Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. A exposição foi montada pelo Núcleo de Antropologia Visual da UFRGS e exibida na Galeria Olho Nu, prédio 43.322, no Câmpus do Vale, até o final do mês passado. Ela apresenta fotos produzidas pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, exemplares de notícias publicadas em jornais de Porto Alegre, capas de obras memorialísticas e de pesquisa, que são ilustrativas da importância que o evento teve para a posteridade. Com esse material, pretendeu-se dar a ver diferentes dimensões do embate em questão: a negociação política, a mobilização via Rede da Legalidade, a arregimentação de forças militares, o apelo popular da causa e, finalmente, o desfecho: a posse de Jango em 7 de setembro de 1961.

(1) FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3), pp. 15-46.

(2) CARVALHO, José Murilo de. Vargas: o aprendiz de feiticeiro. In: Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, pp. 102-117.

(3) LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.) Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 161-204.

(4) GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango, Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). João Goulart entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 31-55.

* Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS

Pororoca cultural

FLÁVIO DUTRA/JU

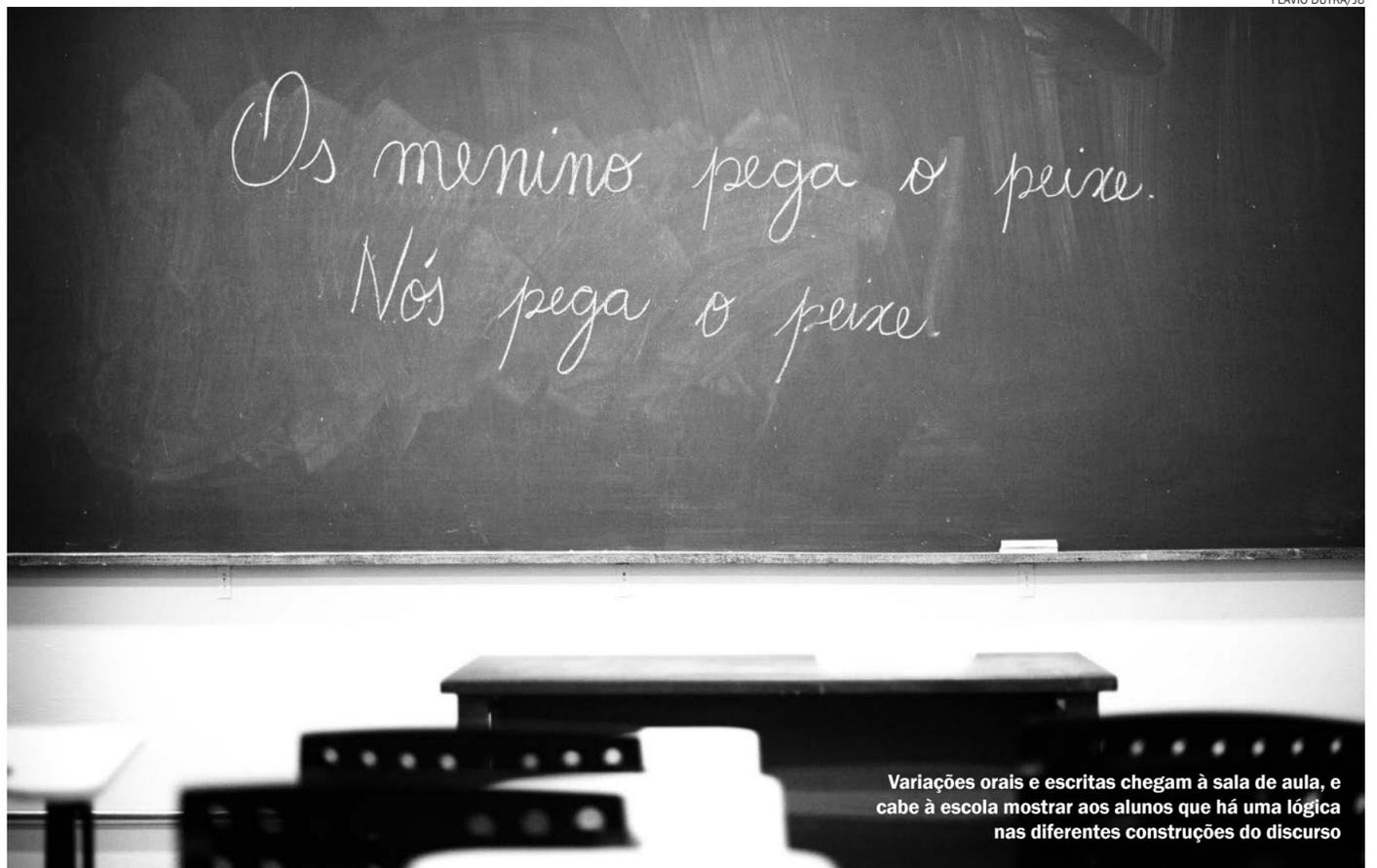
Ensino Para Luís Augusto Fischer, a polêmica sobre o livro do MEC compara-se ao fenômeno natural, pois revela o choque entre as diferentes culturas linguísticas do país

Jacira Cabral da Silveira

Variações linguísticas, norma culta, acesso à língua padrão, certo ou errado – nessas expressões estão as chaves para algumas das questões e temáticas abordadas nos ambientes pedagógicos da academia e da escola, ainda que nesta há menos tempo, quanto ao ensino do Português. Mas quando esses temas saem desse contexto e ganham espaço na mídia podem resultar em polêmica semelhante à recentemente ocorrida em torno do livro *Por uma vida melhor*, da coleção Viver, de autoria de Heloisa Ramos, distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) a cerca de 500 mil alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todo o país. Juristas, formadores de opinião e a imprensa em geral ficaram quase um mês execrando a publicação, por considerarem que estava ensinando a escrever “errado”.

Na UFRGS, o episódio inaugurou uma série de debates entre linguistas e gramáticos, e aproximou os cursos de Letras e Pedagogia em encontros nos câmpus do Vale e Central. Mesmo considerando leviana a maioria dos comentários veiculados na mídia com relação ao tema, os docentes comemoraram em parte: “Esse é o primeiro momento em que os linguistas estão no poder. É a primeira vez que a linguística está na posição de mando no sistema de ensino. É a primeira vez que pressupostos científicos estão no poder, podendo manejar isso”, comentou Luís Augusto Fischer, professor do Instituto de Letras, durante encontro no dia primeiro de junho, reunindo estudantes da graduação e pós-graduação do Instituto.

De acordo com Sérgio Muniz, do Departamento de Linguística e Teoria Literária, também presente ao encontro, há muito tempo os linguistas vêm lutando em defesa de formas que fogem ao “padrão”, e o fato de essas formas estarem sendo agora reconhecidas de alguma maneira num livro adotado pelo governo “é uma vitória por vários motivos, especialmente por representar um ensino menos preconceituoso, feito por especialistas”. Assim como Fischer, ele considera o momento atual de grande vivacidade para os linguistas



e recomenda que alunos e professores escrevam mais sobre temas referentes à área, ocupando, dessa forma, o espaço vazio em jornais e revistas: “Temos tido pouco espaço, nós, linguistas, professores de Letras e estudantes, para debater abertamente sobre o estudo da língua com o pessoal do jornalismo”.

Fischer, entretanto, recomenda cautela histórica na análise desse episódio. Na opinião do professor, não dá para olhar esse debate no estilo grenal, porque não existem apenas duas posições nesse jogo, ainda que duas delas, para o especialista, sejam mais fortes: a da linguística e a da gramatical normativa. “Mas tem muito mais que isso”, observa, “jornalistas, advogados, pedagogos, professores de história, etc. também usam a língua, o que justifica que participem desse debate”.

Qual língua ensinar? – Conforme o professor Pedro Garcez, os linguistas vêm abandonando o termo culto quando se trata do estudo do idioma: “É muito problemático, as pessoas não se reconhecem [como usuários da dita norma culta]”, explica. Mas, segundo ele, é justamente essa a questão que está em pauta nesse debate, para o qual “a expressão ‘cult’ é moeda de troca”. Garcez propõe promover o estudo de um conjunto de variedades bastante distintas. Sem contar o abismo existente entre o modo como se fala e o modo como se escreve – por exemplo, em termos de sintaxe, a estrutura do que se escreve não é a mesma que se usa na fala –, o que não é exclusividade de determinada categoria social.

O que está em foco nesse debate – e defendida por alguns especialistas – é a existência de uma “língua melhor” por seu potencial expressivo. “Mas ela própria [a variante culta] esta sujeita à variação”, observa Garcez, que cita como exemplo o texto de uma charge em que o autor precisa deixar de marcar a concordância e romper com a ortografia. No entendimento do professor, isso aparece mais produtivamente na literatura.

Quanto à tarefa daquele que ensina, fica a pergunta: qual língua ensinar? Garcez lembra que, a partir dos anos 90, essa questão foi se transformando numa outra: qual é o propósito desse ensino? Ou seja, o ensino passou a questionar sobre o que estaria no horizonte enquanto propósito do ensino da língua portuguesa – discussão necessária a uma sociedade aberta a todos os seus cidadãos para que estes participem do debate público. “Era necessariamente o acesso à escrita, no sentido de capacitação para a leitura de textos nos quais está o conhecimento [instituído]”, esclarece.

E o livro reflete isto, na opinião do professor: a possibilidade de se discutir esse tema com adultos que foram excluídos da escola e voltaram à escolarização; a possibilidade de discutir com os alunos para que entendam por que gastar tempo com concordância, a reescritura de seus textos. “Isso tudo é novidade, mas assusta”, destaca. Ele enfatiza ainda que o conhecimento a respeito do tema não se refere apenas à linguística, mas aos estudos da linguagem e às questões de ensino. Nesse sentido, julga importante que os professores da Educação

também entrem no debate.

Luciene Simões, docente do Instituto de Letras, endossando as palavras do professor Garcez, fala do lugar da norma na escola, que diz respeito a uma questão de priorização do objeto de trabalho. Para a professora, a disciplina de língua portuguesa tem como prioridade dar acesso aos discursos da escrita aos alunos, para que participem do debate público, que é político, mas que também é construção do conhecimento. “Temos insistido que é muito importante os professores construírem na escola vínculos entre os jovens e o conhecimento. De uma maneira espantosa, isso vem sendo esquecido.”

Certo ou errado – A aproximação com o curso de Educação sugerida por Garcez ocorreu no dia sete de junho, durante o simpósio *Linguagem e Escola*, realizado na Faculdade de Educação (Faced), promovido por estudantes de graduação e pós-graduação de Letras, que convidaram estudantes e professores da Pedagogia para debater “que questões sobre educação e escola estão por trás da polêmica sobre o livro didático adotado pelo MEC?”.

Na ocasião, a professora Rosa Maria Hessel Silveira, ao falar sobre como a Faculdade de Educação tem trabalhado a questão da variedade linguística e da correção, fez uma retrospectiva da literatura sobre os temas. Assim como na polêmica atual, o lançamento, em 1980, da obra *Linguagem na escola*, de Magda Soares, suscitou muita discussão, ainda que a publicação não encerrasse toda a riqueza que o tema assumiu ao longo

dos anos. Entretanto, foi uma publicação importante porque já alertava para a questão das chamadas classes populares e das diferenças entre a língua falada e a língua escrita.

Língua e liberdade, de Celso Luft, é outra obra nessa direção, publicada em 1985. Também polêmica, acabou por suscitar a produção do livro *Linguagem, poder e ensino da língua*, de José Hildebrando Dacanal. Outro livro muito importante para o curso de Pedagogia naquela época foi *A redação na escola*, de Eglê Pontes Franchi. Obra com nítida influência de Paulo Freire, valoriza o saber das classes populares e a voz do aluno. Hessel lembra ainda que os Planos Curriculares Nacionais de 1997 concretizaram o que já vinha sendo discutido na academia nos últimos dez anos, com toda abertura para essa nova concepção de “correção” criada no sentido de variação.

Na atualidade, o curso de Pedagogia da UFRGS, segundo a professora Luciana Piccoli, tem trabalhado a partir do fato de que a universalização da escola trouxe para dentro dela indivíduos que antes estavam fora. “Em consequência disso, as variações orais e escritas desses grupos também chegam à escola. São alunos da EJA, tribos de adolescentes, e a escola tem que lidar com todas essas variações.” Cabe à escola, na avaliação da pedagoga, mostrar aos alunos que há uma lógica nas diferentes construções do discurso, mostrando quando tais variações são adequadas ou não, em que contexto de uso são socialmente valorizadas ou, especialmente, desprestigiadas.

“...me vi no texto”

Estudantes do CMET Paulo Freire, no centro de Porto Alegre, em entrevista ao Jornal da Universidade, deixaram clara sua posição com relação à polêmica do livro do MEC: confiança no professor e indignação frente às críticas sem conhecimento de causa. Juliana, uma das alunas comenta: “O jornalista critica porque ele está falando por cima, mas ele não conhece o livro. Não tem sentido dizer que o professor vai me ensinar a forma errada”.

Nesse caso, ela está se referindo a Cátia Ramos, professora de Português da turma e que participou do debate na Faced, promovido pelos alunos do Instituto de Letras. Ela foi convidada a contar sobre sua experiência em sala de aula com alunos do EJA e a abordar como eles teriam encarado toda

essa polêmica. Segundo a professora, os alunos que mais se manifestaram foram os do curso noturno, por serem geralmente mais velhos e já desempenharem alguma atividade profissional. “Eles estão na luta, têm outra vivência.”

Se, por um lado, Cátia mostra-se contrariada com os comentários de “médicos, veterinários, jornalistas...” sobre o livro, por outro comemora porque “nunca se falou tanto em EJA e em língua”. Sentimento que se verifica também em Jane Mari de Souza, no magistério há 21 anos e, nos últimos três, professora de Língua Portuguesa do terceiro ciclo e da EJA de uma escola municipal. Jane destaca o fato de, pela primeira vez, ter sido publicada uma obra especialmente elaborada para a educação de jovens e adultos. Ela rebate as

críticas à autora por conhecer seu aprofundamento linguístico e a abordagem pedagógica, que respeita a bagagem do aluno.

Prova dessa capacidade de identificação com o aluno expressa no livro ocorreu quando Cátia estava trabalhando pontuação com a turma, e Bruna, outra de suas alunas, ficou contente ao se reconhecer num dos exemplos de texto apresentado no capítulo em estudo: “Eu me vi no texto, porque é assim que eu escrevo. E pra mim era o certo, não prestava atenção”. Jane percebe o mesmo ar de alívio quando escreve no quadro os diferentes modos de fala de seus alunos ao lado da forma padrão. “Quando nós formos nos apresentar em uma entrevista de emprego, vamos nos policiar e usar essa forma mais aceita”, recomenda,

“mas eles se sentem acolhidos” por não sentirem desprestigiado o seu modo de uso da língua.

Quando o aprendizado é conduzido dessa forma, com debate, respeito ao que aluno já sabe, domínio do conteúdo a ser trabalhado em aula, o resultado pode ir além do que se espera. A autoestima de Ivanira subiu alguns pontos depois da aula em que discutiram as variações da forma de falar, que é discussão antiga entre linguistas e pedagogos. Ela estava acostumada a ficar calada durante uma hora inteira enquanto fazia os pés e as mãos de suas clientes no salão em que trabalha como manicure. A razão do silêncio? Queria evitar os deboches frequentes pelo seu jeito “errado” de falar. “Mas nessa semana foi diferente”, comentou rindo com os colegas.



Escravidão repensada

História Encontro promovido pela UFRGS mostra as novas maneiras de entender a história da escravidão

O ano é 1822. Antônio, nascido em Benguela, e João, moçambicano, foram ambos comprados por Ana Maria de Jesus pela pechincha de 11 e 9 dobras, respectivamente. O ex-dono dos escravos, Francisco José da Silva, alegou que a venda era “em atenção aos bons serviços que a dita senhora me tem prestado, pelo bom tratamento que me tem dado no longo tempo de minha moléstia”. Já o escravo Vicente, “preto, sem ofício” e com um futuro que não pertencia só a si, foi vendido em 1844 a Luiz Pereira da Silva. A dona, Ana Joaquina dos Santos, declarou que o negro, “não querendo servir a ela, fugiu para a casa da viúva Eusébia”.

Os dois casos relatados acima aconteceram em Porto Alegre e foram extraídos do livro *Documentos da Escravidão no RS – Compra e Venda de Escravos*, editado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. São histórias que, de modo geral, se repetiram milhares de vezes em todo Brasil, do período colonial até 1888, data em que a escravidão foi oficialmente revogada no país.

Durante muito tempo, porém, a historiografia defendeu a ideia de que, aqui no Sul, trajetórias como a de Antônio, João e Vicente teriam sido insignificantes. Foi só a partir da década de 1950 que essa perspectiva começou a ruir. Hoje, as pesquisas nessa área não deixam dúvidas: os escravos sempre estiveram presentes, de forma abundante, em todas as fases da história do Rio Grande do Sul.

V Encontro – Buscando descentralizar a discussão e ressaltar a importância de se pensar a escravidão no estado, o Departamento e o Programa de Pós-graduação em História da UFRGS e a Associação Nacional de História – Núcleo Regional do Rio Grande do Sul promoveram, de 11 a 13 de maio, o *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. O evento, que ocorre bianualmente desde 2003, reuniu pesquisadores nacionais e internacionais.

Regina Célia Lima Xavier, professora do Departamento e da Pós-graduação

em História da UFRGS e coordenadora do encontro, comenta que a escravidão sempre foi mais conhecida nas regiões Sudeste e Nordeste do país.

Novas perspectivas – Uma questão presente nos debates dessa edição trata dos avanços da historiografia brasileira no estudo da escravidão. Conferencista no evento, a professora do Departamento de História da Unicamp Sílvia Hunold Lara, ressaltou que, durante muito tempo, a escravidão foi encarada apenas como um mundo de barbárie e exploração violenta – o que, sem dúvida, realmente foi. Porém, desde os anos 80, os estudos nessa área vêm sendo redimensionados para entender também o mundo dos escravos. Sílvia exemplifica algumas das questões para as quais os pesquisadores atuais tentam encontrar respostas: “Quem eram esses homens e mulheres que vieram escravizados? Como eles foram escravizados? E como a experiência anterior na África e o próprio tráfico formaram um *background* que eles puderam usar para enfrentar a escravidão no Novo Mundo?”. Segundo ela, ao perguntarmos quem são os escravos, a história daquele continente, elemento que até então era muito desconsiderado, ganha força enorme.

Regina destaca outro foco de estudos: “Antigamente se acreditava que, como os africanos vinham em grande quantidade e eram homens por excelência, não teria havido a formação de famílias. Hoje, por meio dos estudos demográficos, a gente vê que isso não aconteceu. Embora houvesse uma alta taxa de masculinidade, isso não impediu a formação de famílias”.

As pesquisas também têm mostrado que a escravidão não aniquilou as possibilidades de resistência da população não livre. A elaboração de planos de revolta, rebeliões e insurreições são, segundo Regina, muito importantes para se compreender a luta dos escravos por melhores condições de vida – o que inclui desde possibilidades de ganho monetário até o acesso à alforria.



Negros libertos fotografados por Lunara na década de 1900

No caso do Rio Grande do Sul, a historiografia oficial sempre buscou, em detrimento das raízes africanas, ressaltar a descendência açoriana e portuguesa na formação dos povos daqui. A grande parcela de escravos que ajudou a construir a história agrária do estado só começou a ser reconhecida nos estudos mais recentes. Antes, o mito do gaúcho se baseava na figura do homem livre, aventureiro e branco. Ignorava-se, por exemplo, o fato de que, na Revolução Farroupilha, a participação dos africanos e seus descendentes – assim como dos indígenas – foi fundamental.

Conforme explica ainda Regina, essa homogeneização étnica era uma tendência nacional que ganhou força no final do século XIX e início do século XX com as teorias raciais. Tais ideias defendiam como modelo de civilização uma organização social baseada no imigrante branco. “Depois da abolição, ser desenvolvido era ser branco. Isso vai fazer com que os estudos sobre escravidão aqui fossem menos importantes que para outras áreas”, diz.

Passado e presente – Para Joseph Miller, professor da Universidade de Virgínia (EUA) e um dos conferencistas do evento, “ainda é muito importante pensarmos a escravidão, porque somos todos herdeiros dessa experiência trágica dos séculos passados”.

Exemplos da presença dos africanos

e seus descendentes na cultura gaúcha podem ser vistos enquanto caminharmos por vários pontos turísticos da capital. A Praça da Alfândega, o Cais do Porto, o Mercado Público e a Praça Brigadeiro Sampaio são alguns dos locais que possuem profundas ligações com a tradição negra e afrodescendente do estado. “A gente acha que no RS não tem muito afrodescendente, mas aqui nós temos muitas casas de candomblé. Nós tivemos a Frente Negra, um partido político de importância aqui e no Rio e que lutava pelos direitos dos afrodescendentes. Nós temos uma militância negra muito importante, que é uma resposta a um quadro de discriminação e racismo que ainda persiste”, enumera Regina.

Sílvia destaca que o nexo entre escravidão e liberdade foi se estabelecendo de uma forma diferente em cada época da história, e nem sempre essas duas palavras estiveram em posições opostas: “Os escravos tinham noções de liberdade que não necessariamente significavam ser um trabalhador livre e assalariado, mas era poder, por exemplo, ter a sua própria casa, a sua própria família, o direito de ir e vir”. E completa: “Fazer a história da escravidão também é fazer a história da gênese e do atual significado da liberdade no Brasil”.

Daiane de David, estudante do 5.º semestre de Jornalismo na Fabico

Da universidade para a escola

Questionada sobre se essas novas pesquisas chegam até o aluno da educação básica, Sílvia comenta que nem sempre isso ocorre. Segundo ela, “há uma defasagem muito grande entre o que é feito na universidade e o que se ensina na sala de aula”. Sem eximir a responsabilidade do ensino superior nessa tarefa, a pesquisadora da Unicamp cita a Internet como um meio para disponibilizar mais rapidamente esses novos conhecimentos aos alunos: “[...] é muito importante descortinar uma maneira diferente de pensar a história, o passado”.

Já a professora Regina explica que o grande volume e a agilidade das pesquisas na área da escravidão acabam dificultando essa atualização de conteúdos: “Se já é difícil para nós, da universidade, acompanharmos, imagine para o professor do ensino médio, que tem uma carga horária altíssima e condições piores de trabalho”. Apesar disso, comenta, existe um esforço de aproximação: “Eu tenho vários colegas que são autores de livros didáticos e que procuram, justamente, reformar esses conteúdos e possibilitar melhores discussões e debates nas escolas”.

Antônio Falcetta
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

Dois pontos

Língua mordida

Já que a querela exorbitou, sou obrigado a me manifestar a respeito da polêmica em torno do livro do MEC (esclareça-se!) para estudantes da EJA. (1) Esta coluna foi pensada para colaborar com questões de linguagem, ampliar o desempenho linguístico dos leitores na direção da norma padrão (da escrita). Afinal, uma prolífica função acadêmica é exatamente a produção de discursos escritos, via de regra, formais. (2) Não são utilizadas, no que se vem expondo aqui, considerações no sentido de “certo” e “errado”. Suponho que nosso leitor, no afã de perseguir seu aprimoramento e atendendo às demandas do ensino acadêmico, tenda a se aproximar da linguagem padrão. Cabe a ele, certamente, discernir e adequar os estilos ao contexto. (3) Outra comichão que me aflige é o fato de, como professor e (modesto) estudioso da língua, não ter a rara oportunidade de contato com essa “tribo exótica de falantes da norma culta”. No corpo a corpo com acadêmicos, artistas, intelectuais, etc., identifico usos sedimentados de construções do tipo “Tu fostes?”, “Tu vai?”, transgressoras o suficiente. Nessas paragens frias, adoramos um “Tu tem

dois pila?”. Obviamente são registros de falas, não de escrita. Mas seria isso um indicador de embrutecimento linguístico? Estamos, afinal, nos tornando estultos e incultos? Acabaremos ladrando? Vade-retro!, bradam os receosos de contágio! (4) Somos, antes, vítimas do próprio veneno. Sobre isso, o linguista Marcos Bagno esclarece:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva

que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico.

[...]

São [as] graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.

(BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. Ed. Loyola, S. Paulo, 1999.)

(5) E a diversidade de recortes culturais e linguísticos é fator produtivo, ou seja, enriquecedor. (6) Conforme os meus arrazoados: não há aristocracia sem plebe. Talvez esteja aí a equação primordial aplicável à questão. Como frisa Paulo Guedes, essa querela é, antes de tudo, uma questão política. (7) Sou professor de português com razoável experiência em sala de aula e, espanto manifesto pelas pessoas quando lhes digo da minha habilitação, são recorrentes os apelos e os olhares grávidos sobre questões “controversas” a respeito da língua empurradas no estreito trapiche

do “certo” e “errado”. Essa dicotomia pobre da qual se locupletam os prescritivistas é grave questão epistemológica para a qual já há remédio. E se encarmos o tema como um problema, resumir-se-ia ao da (falta de) escolarização – e não só para nos salvar da homogeneidade, mas ainda para nos dar olhos para compreender o potencial das diferenças. Temos de considerar, também, que, (8) quando acusamos a reflexão sobre os usos da língua (proposta por Heloísa Ramos no livro escolhido pelo MEC) de imoral, estamos atribuindo um juízo sobre os indivíduos que se inserem naquele modo de fala, dizendo deles algo como seres “sem alma”, “indignos”, “perigosos”. (9) Temos de propor uma educação séria, assim como temos de investir pesado na formação de indivíduos dignos e permitir diálogos em que esses sujeitos falem por si – que o discurso não fique sob a tutela de poucos. Que se estudem de modo amplo os fatos da língua. Enfim, serafim, ensinar a norma culta é um dos papéis do ensino da língua, sim. De qualquer língua. Mas estudar a língua como fenômeno, que é (muito) mais que saber regras, é/ será questão epistêmica e metodológica bem mais interessante.

Dentistas voltados à comunidade

Saúde Construção do Hospital Universitário Odontológico aproximará estudantes da UFRGS e o SUS

O início das obras do Hospital Universitário Odontológico aconteceu no mês de junho no Câmpus Saúde. A inauguração do novo prédio, prevista para o primeiro semestre de 2013, reafirma a ambição da Faculdade de Odontologia de aproximar seus estudantes da prática dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), viabilizando o atendimento de 700 pessoas por dia, inclusive à noite. O projeto começou a ser desenvolvido a partir das mudanças curriculares, implantadas há oito anos, que já previam a formação de dentistas mais atentos às necessidades do serviço público de saúde. A criação do curso noturno em 2010 e a construção do complexo hospitalar garantirão o atendimento à população em tempo integral durante todo o ano.

“A partir das novas diretrizes curriculares, foi possível fazer uma reflexão crítica de que era necessário chegar mais perto do serviço público, à semelhança do que acontece no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Antes, existia a ideia de que o ensino era a única coisa fundamental na formação profissional. Essa constatação fez com que chegássemos mais perto do atendimento à população. Dessa forma, chegamos a um modelo hospitalar”, explica o diretor da Faculdade de Odontologia, Pantelis Varvaki Rados. Para ele, deve-se destacar a iniciativa da Universidade de se voltar à comunidade: “A técnica existe em qualquer lugar. O que falta é um ambiente de qualidade para receber as pessoas das periferias que não podem colocar um implante, por exemplo. O pioneirismo desse projeto é trazer essas pessoas até a UFRGS e realizar um serviço de qualidade”. Atualmente, Porto Alegre conta com apenas um Pronto Socorro Odontológico, localizado na Vila Cruzeiro.

Atendimento à comunidade – Com supervisão de professores, os alunos de graduação e pós-graduação oferecerão atenção especial a casos de média e alta complexidade – implantes, tratamento de canal e de ortodontia, além de ocorrências cirúrgicas. “São procedimentos que exigem um treinamento maior do profissional e a necessidade de instalação de equipamentos mais sofisticados. Transitamos de um modelo de ensino por especialidades para um modelo de complexidades crescentes”, diz Pantelis. Serviços de higiene, limpeza e prevenção são prioridade nas Unidades Básicas de Saúde (UBS): “A baixa complexidade também vai ser feita por nossos estudantes em articulação com a Prefeitura, pois no último ano eles fazem estágios nas UBS”.

Arquitetado na década de 60, o atual prédio, onde cerca de 400 pessoas são atendidas diariamente, encontra-se desatualizado para a prática odontológica, o que também influenciou no processo de construção de um novo espaço. As novas instalações devem ter 140 postos de atendimento, divididos em boxes e distribuídos em três módulos. “A prestação de serviços e a atuação em saúde mudaram. Em 1960, não se trabalhava com luvas e os controles de biossegurança eram diferentes. Os locais de atendimento estão superados em termos de concepção. Hoje, as cadeiras não são isoladas, por exemplo. Não existem boxes de atendimento. A construção do hospital representa a possibilidade de inserção da Universidade na sociedade e a expansão da Faculdade de Odontologia pelas próximas quatro ou cinco



décadas”, afirma Pantelis.

O ex-diretor da Faculdade e vice-reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, comemora a mudança de concepção na forma de ensinar odontologia: “Antigamente, a formação do dentista era voltada basicamente para clínicas privadas. Quando terminava o ano letivo, fechavam-se as portas e parava-se o atendimento. Com o Hospital Odontológico, teremos atendimento contínuo 365 dias por ano. O aluno vai entrar, trabalhar no Hospital e se formar ali dentro, e não mais em laboratórios estanques. Queremos que o contato com o serviço público seja uma experiência permanente durante a sua formação”. Segundo Rui, “o estudante vai aprender a trabalhar com as necessidades e implicações do dia a dia, tendo como principal consequência trazer a formação do dentista para a realidade da nossa sociedade e das necessidades da maioria da população”.

Desafios – O investimento para a construção do Hospital Odontológico é de 10 milhões de reais, provenientes dos ministérios da Saúde e da Educação. Os próximos desafios apontam para a estruturação física e a contratação de recursos humanos. Parte dos equipamentos destinados ao aparelhamento já foram adquiridos e estão sendo utilizados nas atuais clínicas. De acordo com Oppermann, a complementação da infraestrutura será buscada em editais do MEC e do Ministério da Saúde. Ele defende ações conjuntas entre Universidade, prefeitura e governo estadual para buscar recursos junto a União: “Essa discussão tem que ser tripartite. Quem detém a possibilidade de fazer a dotação orçamentária é o Ministério da Saúde, que só vai fazer [isso] se houver concordância entre o município e o estado”, observa. Pantelis também vislumbra, nas parcerias, a oportunidade

de aumentar a visibilidade do projeto e garantir a atenção dos ministérios. “O sistema envolve necessariamente uma articulação com a Secretaria Municipal de Saúde. O nosso projeto é muito importante e vai ao encontro das demandas do município. Seria oneroso para Porto Alegre manter sozinha uma estrutura como a do Hospital. É necessário somar esforços, esse é o nosso caminho”, afirma.

A contratação de recursos humanos – técnicos, assistentes de consultório e enfermeiros – é outra questão a ser discutida. Para o vice-reitor, esse “é o grande desafio da Faculdade de Odontologia, pois geralmente os hospitais universitários trabalham com funcionários terceirizados, muitas vezes contratados por fundações. Mas essa é uma situação jurídica que o governo quer eliminar”. Dessa forma, ele confia na absorção de funcionários por concursos públicos e acredita que “o Hospital da UFRGS terá vantagem, pois vai entrar em um momento em que a contratação de pessoal terá caráter legal e definitivo, seja por concurso para o quadro fixo ou pelo regime da CLT”.

O atendimento gratuito e de qualidade em todos os graus de complexidade, além da consequente formação de profissionais voltados para a área da saúde pública, são diretrizes previstas na Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente. Esse fato deve garantir o financiamento para a contratação de pessoal e o aparelhamento da infraestrutura do Hospital Odontológico. “Tenho certeza de que teremos acolhida favorável, pois o Brasil Sorridente tem sido uma das prioridades do Ministério da Saúde, e o nosso Hospital Odontológico tem a cara desse projeto”, acredita o professor Oppermann.

Principais interessados – Sem dúvida, os grandes beneficiados são estudantes e pacientes. Os primeiros usufruem de um ambiente de excelência em

formação acadêmica, ao mesmo tempo que prestam atendimento à comunidade carente. “O serviço público de saúde bucal está recebendo muitos investimentos do governo. Além disso, é um ramo da odontologia pelo qual a nossa Faculdade preza. É um caminho em que todos nós, com certeza, estamos pensando em trabalhar. Ou eu vou atuar em uma Unidade Básica, por exemplo, ou tentar uma carreira de profissional docente, fazendo mestrado e doutorado”, afirma Rodrigo Tubelo, graduando do sexto semestre. Para o estudante, a inserção de uma disciplina de gestão e planejamento no currículo revela aos futuros dentistas a importância do serviço público: “Aprendemos o papel do dentista dentro do SUS e sua relevância em relação ao serviço especializado”. Rodrigo lembra que grande parte das pessoas atendidas nas clínicas não tem condições de pagar por um tratamento e, na Odontologia, estão à disposição equipamentos e profissionais qualificados. “O ideal é que as pessoas sem condições financeiras paguem 5 reais por uma consulta e tenham um atendimento de primeiro mundo, com materiais de qualidade. Com o Hospital Odontológico, só tende a aumentar o nível de excelência, principalmente em biossegurança”, diz.

Os pacientes, por sua vez, também se mostram satisfeitos por encontrarem espaços na Universidade que atendam às suas necessidades em saúde bucal. Emerson Oliveira de Paula, morador da capital, explica que recorre às clínicas da UFRGS para realizar tratamentos dentários por questões financeiras e por falta de alternativas no SUS. “Já fiz várias consultas, e o atendimento me surpreendeu positivamente. Os estudantes são bem concentrados no trabalho e bastante exigidos pelos professores”, elogia.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Saúde bucal

Segundo o Levantamento Nacional de Saúde Bucal – SB Brasil –, concluído em 2003 pelo Ministério da Saúde, 13% dos adolescentes nunca haviam ido ao dentista, 20% da população brasileira já tinha perdido todos os dentes e 45% não possuía acesso regular à escova de dentes. Em 2004, a partir dessas perspectivas, o governo federal criou a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente, com o objetivo de reorganizar a atenção básica em saúde bucal, implantar centros de atenção especializada – à semelhança do Hospital Odontológico da UFRGS –, além de viabilizar a adição de flúor nas estações de tratamento de águas de abastecimento público – serviço realizado pela Prefeitura de Porto Alegre. A edição de 2010 da SB Brasil constatou um crescimento de 57% nos atendimentos odontológicos via SUS nos últimos sete anos.

Na capital gaúcha, a Secretaria Municipal de Saúde admite a existência de déficit nos atendimentos relativos à saúde bucal. Entre os principais problemas, está a carência de dentistas nos grupos de Saúde da Família. “Nós temos uma deficiência de cobertura à demanda que vem sendo recuperada ao longo do tempo. Para o final de 2012, esperamos ter uma ampliação de até 50% das equipes de Saúde da Família com a presença de dentistas”, explica o secretário Carlos Henrique Casarteli. De acordo com o dirigente, além de garantir a formação de profissionais, a construção do Hospital Odontológico terá grande impacto na qualidade e no número de atendimentos em saúde bucal oferecido pelo SUS. “Incorporando o Hospital Universitário à nossa estrutura, atingiremos nossas metas de melhoria dos atendimentos de odontologia no serviço público. Em tudo o que for necessário fazer junto aos ministérios, a Secretaria Municipal de Saúde vai ajudar. Temos de trabalhar para que o projeto tenha todo o apoio do Ministério e, dessa forma, seja possível manter o selo de qualidade que a UFRGS sempre coloca em seus serviços”, diz. Além disso, ele ressalta que as parcerias entre a prefeitura e a UFRGS devem ser estreitadas em outros planos: “Já estamos discutindo com a Universidade para que ela assuma outros centros de especialidade odontológica”.

Especial

A Escola de Belas Artes reuniu artistas e arquitetos que estruturaram o setor cultural do RS

Especialistas avaliam o legado dos artistas que passaram pelo Instituto de Artes da Universidade

TEXTO **EVERTON CARDOSO**
E JACIRA CABRAL DA SILVEIRA

A importância do Instituto de Artes da UFRGS para o estado vem desde a sua criação, em 1908, quando intelectuais republicanos, entre eles o médico Olinto de Oliveira, que viria a ter papel fundamental na fundação do Instituto, buscavam colocar no espaço público as manifestações artísticas. Dois anos depois, é criada a Escola de Belas Artes, para onde afluíram artistas e arquitetos que atuaram tanto na formação de futuros profissionais de artes plásticas quanto na estruturação do setor cultural do Rio Grande do Sul.

Uma dessas importantes contribuições do então denominado Instituto de Belas Artes foi a criação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), em 1957, pelo professor Ado Malagoli, responsável pela disciplina de pintura e por grande número de painéis em espaços públicos na capital e em outras cidades gaúchas. De acordo com o artista plástico e historiador do IA Círio Simon: "O contrato com Malagoli foi de que o estado daria a ele condições de criar o Museu de Arte, o que realmente aconteceu". Christina Balbão, também professora do Instituto, foi convidada por Malagoli para ser sua assistente no Museu, que originariamente funcionava junto ao Theatro São Pedro.

Outra presença marcante do Instituto na promoção da cultura no estado, de acordo com Simon, deu-se com a criação de pelo menos duas universidades, Feevale e Universidade de Passo Fundo (UPF). Elas originaram-se nas escolinhas de artes de egressos do IA, cuja capacidade empreendedora, segundo o professor, deve-se ao perfil dos estudantes dos cursos de Artes da UFRGS: "Eles são pessoas extremamente críticas e sabem se colocar", comenta.

Nesse sentido, o atual curador-chefe do MARGS, José Francisco Alves, pós-graduado pelo Instituto, destaca a importância de Fernando Corona na formação desses artistas. "Ele foi um escultor de escultores", define o curador, "porque teve um papel mais destacado como professor do que como escultor", resume. De acordo com o especialista, Corona formou uma geração de escultores que hoje está fazendo grande sucesso, entre eles Carlos Gustavo Tenius e Luiz Gonzaga Mello Gomes. Francisco destaca ainda a atuação de Corona na imprensa: "Em suas crônicas, ele estimulava o debate, sempre no sentido progressista da arte e de respeitar os anseios dos novos artistas".

José Francisco ressalta ainda a contribuição do IA no desenvolvimento dos estudos teóricos da Arte no estado, por meio da criação dos cursos de pós-graduação nos anos 1990: "Isso estimulou o pensamento crítico na área", comenta. Desenvolvimento que, ao longo dos anos, foi socializado em eventos como as edições do Salão Oficial de Belas Artes do RS, o Salão Pan-Americano de Arte e o Congresso Brasileiro de Artes, cuja primeira edição foi em 1958 para comemorar os 50 anos do Instituto.

Referindo-se ao papel do IA nessa divulgação da Arte no Rio Grande do Sul, Círio Simon lembra a capacidade produtiva dos egressos na proliferação de espaços de artes, como galerias. Além de expor, artistas formados pelo Instituto montam suas próprias lojas: "Esse foi um dos aspectos que o IA contribuiu, na inserção do artista no mercado de consumo, criando agentes que pudessem trabalhar não apenas a produção, mas também meios para tornar a arte acessível à sociedade", avalia o historiador.

Por outro lado, ele lamenta a falta de preparo dos empresários que tentam investir em galerias: "Muitas vezes eles desconhecem esse campo artístico e acabam se decepcionando porque, quando o artista atinge certa autonomia financeira, abandona a galeria", explica Simon. Somado a isso, há o despreparo do consumidor, reclama o historiador, que ilustra esse aspecto citando recente episódio relatado pela viúva de Ado Malagoli: ela recebeu um telefonema de alguém que queria confirmar se o quadro que havia comprado era um autêntico Malagoli, pois havia pago R\$10 por ele no Mensageiro da Caridade.



A nossa arte no estado

DESTAQUE 



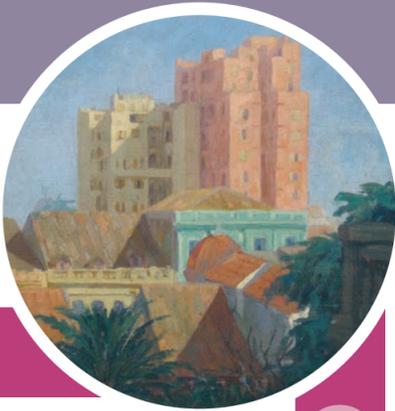
Libindo Ferrás e o embrião do Instituto de Artes

O pintor porto-alegrense foi um dos principais responsáveis pelo início da construção institucional do campo artístico na capital gaúcha. Isso porque, ainda que alguns artistas já dessem aula de modo independente na cidade desde o século XIX, foi Libindo Ferrás (1877-1951) quem organizou a primeira escola. Em 1910, ele foi o primeiro professor da Escola de Belas Artes, rememora o professor Paulo Gomes, estudioso da história do Instituto. Libindo esteve no comando da instituição de 1910 a 1936, período em que foi o principal professor também. "Outros chegavam e iam embora, mas foi dele a primeira cara do IA", constata o atual diretor do Instituto, Alfredo Nicolaievski. Como artista, Libindo teve parte importante de sua formação em uma estada de dois anos na Itália. De volta ao Brasil, dedicou-se, sobretudo, a retratar Porto Alegre e arredores à maneira acadêmica em telas a óleo. Exemplo disso é a obra *Paisagem* (detalhe acima), finalizada em 1922 e pertencente ao acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do IA. Quadros como esse, no início do século XX, movimentavam o ainda incipiente mercado artístico local. Círio Simon, em sua tese de doutoramento sobre a história do Instituto, chega a afirmar que os trabalhos do pintor "sustentavam" o comércio de arte na cidade. Além disso, o pesquisador relata que o artista era presença constante em eventos da área, o que mostra uma vontade de contribuir para tornar mais consistente o circuito artístico. Essa postura de incentivador ganhou destaque nos anos 1920, década em que suas obras e exposições receberam ainda mais atenção por conta do espaço dado a elas nas edições inaugurais das revistas *Madrugada* e *do Globo*. Sem uma produção teórica sobre as artes, Libindo teve uma trajetória em que as funções de professor e administrador se confundiram com a carreira de artista, o que o torna personagem de relevância na constituição do campo artístico sul-rio-grandense.

Em desenho de João Fahrion, o grupo de professores contratado no anos 1930 para o corpo docente do curso de artes plásticas do Instituto de Belas Artes do RS: da esquerda para a direita, João Fahrion, Benito Castañeda, Tasso Corrêa, Fernando Corona, Ângelo Guido, José Lutzenberger, Luís Maristany de Trias e Ernani Corrêa

AS OBRAS DE ARTE AQUI REPRODUZIDAS PERTENCEM AO ACERVO ARTÍSTICO DA PINACOTECA BARÃO DE SANTO ÂNGELO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. DISPONÍVEL EM WWW.UFRGS.BR/ACERVOARTES

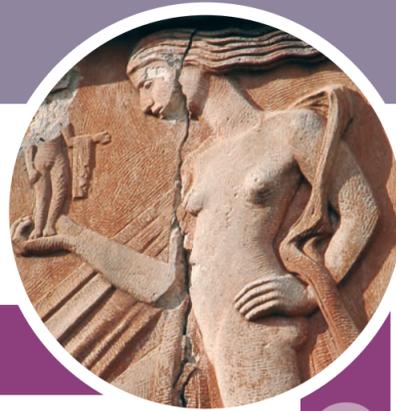
O fundador



A teoria da arte pelas mãos de Ângelo Guido

Na configuração do campo artístico, o papel desempenhado pela crítica é fundamental. Se, por um lado, a existência de uma escola de arte em Porto Alegre dava aos aspirantes a artista uma possibilidade de iniciar o seu aprendizado e a sua carreira, a presença da instância avaliadora começava a fazer com que a produção também se movimentasse em termos criativos, já que o olhar e o discurso do crítico servem de norte para os produtores. Por essa função, a presença de Ângelo Guido (1893-1969) na capital e no IA foi definidora do que viria depois. De acordo com Paulo Gomes, ele deu maturidade ao então Instituto Livre de Belas Artes e ao que se produzia ali. Nascido em Cremona, na Itália, veio para o Brasil com a família aos dois anos de idade; instalaram-se em São Paulo. Naquela cidade, estudou pintura com seu tio Aurélio Gnocchi e com Cesar Formenti e também no Liceu de Artes e Ofícios. Um de seus primeiros trabalhos de maior relevância veio em 1912, quando foi convidado para pintar no Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Pintor já com algum reconhecimento, iniciou a sua trajetória como crítico de arte em 1914 no jornal *Tribuna de Santos*, com o qual colaborou por onze anos. Em 1925, mudou-se para Porto Alegre. Em virtude de um problema de visão, afastou-se temporariamente da pintura e dedicou-se exclusivamente à crítica para o *Diário de Notícias*. Em 1936, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e assumiu a cadeira de História no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul e na Faculdade de Arquitetura. Exemplo de sua consolidada carreira como artista é a pintura *Clube do Comércio* (detalhe acima) – óleo sobre tela, produzida em 1941. De acordo com o artista e diretor do IA, Alfredo Nicolaievski, a relevância de Guido como crítico e teórico de arte é tão notável quanto a sua atuação como artista na cidade. Entre seus principais livros estão *Forma e expressão na história da arte* (1935), *As artes plásticas no Rio Grande do Sul* (1940) e *Os grandes ciclos da história da arte* (1968). Também é bastante importante sua pesquisa sobre o primeiro pintor gaúcho a receber reconhecimento nacional e internacional, Pedro Weingärtner. O trabalho foi publicado em livro em 1956. Para Paulo Gomes, Ângelo Guido tem uma importância que acabou restringida pela sua opção por viver no RS, lugar em que o campo artístico ainda se estruturava em meados de século XX. “Se ele tivesse atuado em São Paulo como atuou aqui, seria um dos maiores nomes da crítica de arte no Brasil. Mas, como ele optou pelo Rio Grande do Sul, acabou sendo pouco conhecido aqui e praticamente desconhecido no resto do país”, pondera.

O crítico



Fernando Corona, mentor de uma geração

Nascido em Santander, na Espanha, Fernando Corona (1895-1979) veio ao Brasil em 1912 para ajudar o pai Jesús María Corona na oficina de escultura de João Vicente Friederichs – experiência que foi fundamental para a sua futura carreira como escultor, arquiteto e ornata. Sua obra adquiriu grande importância em Porto Alegre, principalmente pelo caráter público, já que muitos dos elementos escultóricos por ele criados estão em fachadas de edifícios da cidade. A Fonte Talavera de la Reina, situada na praça Montevideu, em frente à Prefeitura de Porto Alegre, é exemplo disso. Construída sobre o marco zero da cidade, executada em cerâmica importada da Espanha e em estilo típico daquele país, foi concebida por Corona como uma homenagem da comunidade hispânica da cidade ao centenário da Revolução Farroupilha. Também são de sua autoria a máscara de Beethoven, localizada na frente do Auditório Araújo Viana, no Parque da Redenção; a imagem da Nossa Senhora do Líbano, na fachada da Igreja Maronita; e o painel sem título (detalhe acima) que decora a fachada do Instituto de Artes da UFRGS na altura do oitavo andar. Como arquiteto, Corona é autor do projeto do atual Instituto de Educação General Flores da Cunha, construído para abrigar a seção cultural da Exposição do Centenário Farroupilha em 1935. Ministrou aulas de escultura e modelagem no IA a partir de 1938, a convite do então diretor Tasso Corrêa, e atuou nessa função até 1965. Os anos 1930 foram um período de várias contratações, em grande parte de estrangeiros. Além de Corona, os pintores e desenhistas espanhóis Luís Maristany de Trias e Benito Manzón Castañeda e o artista e arquiteto alemão José Lutzemberger ingressaram como docentes no mesmo período. De acordo com Paulo Gomes, esse grupo foi relevante para a constituição do campo artístico sul-riograndense, porque produziam, expunham, davam aulas, organizavam mostras e faziam salões com obras dos alunos no final do ano. “Então, havia um estímulo em duas direções, que não teriam, via de regra, uma vinculação; normalmente há um sistema que forma e outro que dá visibilidade. Como não havia o segundo, eles constituíram uma tradição de criação com concursos públicos, mostras de final de ano. Nesse contexto, de acordo com o curador José Francisco Alves, Corona “deu vida ao Belas Artes”, pois foi atuante junto à comunidade ao mesmo tempo que defendia uma visão artística voltada para o futuro. “Ele foi uma espécie de mentor intelectual de todo mundo que fez escultura nos anos 50 e 60. O Carlos Tenius e a Leda Flores, por exemplo, foram seus alunos. O Corona, inclusive, dizia que a obra dele eram os escultores e não o trabalho escultórico.”

O escultor



O pioneirismo feminino de Alice Soares

Estimulada desde a infância por seus pais, que lhe entregavam lápis e papel para distraí-la, Alice Soares (1917-2005) diplomou-se em pintura em 1943 pela Escola de Belas Artes e, dois anos depois, começou sua atuação como professora. Também se formou em escultura em 1947, fruto da influência de Fernando Corona. Fez ainda cursos de cerâmica com Wilbur Olmedo e de gravura em metal com Iberê Camargo. Foi uma das primeiras mulheres a se firmar como artista profissional no estado, o que a coloca como pioneira de sua geração. Em 1951, quando da primeira edição da Bienal Internacional de Arte de São Paulo, seu organizador e criador, Francisco Matarazzo Sobrinho, esteve no Instituto de Belas Artes para convidar os artistas a ele vinculados para participar da mostra. Foram enviadas, então, 35 peças de 18 artistas diferentes. Dentre esses, Alice Soares e Sônia Ebling foram escolhidas para formar o grupo de 209 artistas brasileiros que teriam obras expostas no evento. Maria Lucia Kern, em seu trabalho *Les origines de la peinture 'moderniste' au Rio Grande do Sul – Brésil*, reproduz as impressões de Alice sobre o evento: “A primeira Bienal de São Paulo foi um primeiro impulso. Ela trouxe polêmicas [...] e algumas tentativas de mudanças no ensino”. Nos anos 1950, firmou-se como artista plástica, época em que realizou exposição individual no MARGS, em Porto Alegre. Depois disso, realizou diversas exposições tanto no Brasil como no exterior e recebeu vários prêmios. Em 1964, fundou e foi a primeira diretora da Escolinha de Artes da UFRGS, que oferecia aulas de formação artística a crianças e adolescentes porto-alegrenses. Como artista, Alice Soares se dedicou à pintura e ao desenho, sendo esta a forma de expressão estética pela qual ganhou mais destaque. Na avaliação do professor e estudioso da história do campo artístico porto-alegrense Paulo Gomes, a desenhista deu nova importância a essa forma artística. “Até então, o desenho era só preparatório, base para a pintura e para a escultura; ela o transformou em objeto de análise, de estudo e deu a ele autonomia enquanto obra de arte”, avalia. Entre as temáticas mais frequentes em sua obra, estão as meninas. Ora líricas, ora melancólicas, as figuras traduzem, de acordo os pontos de vista de diversos críticos reproduzidos no *Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul*, uma idealização da imagem da criança e, às vezes, uma densidade mais grave e denunciadora. Amostra dessa produção é *Menina* (detalhe acima), realizada em grafite sobre papel em 1964. Em boa parte de sua vida, trabalhou no ateliê que dividia com a também pintora e amiga Alice Brueggemann, o que fez com que frequentemente sejam referidas como “as duas Alices”.

A desenhista

Ado Malagoli e o mais importante museu do RS

Paulista de Araraquara, Ado Malagoli (1906-1994) foi responsável pelo início do processo de criação de instituições museológicas dedicadas à arte no Rio Grande do Sul. A carreira como artista começou na juventude ainda em seu estado natal, com a decoração de paredes de mansões com pinturas de flores, guirlandas e pequenas cenas. Nos anos 1920, deu início à sua formação acadêmica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e, mais tarde, na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, que, em 1943, lhe concedeu como prêmio uma viagem para estudar nos Estados Unidos, onde fez cursos de História da Arte e Restauração Pictórica em Nova Iorque e Columbia. Depois de retornar ao Brasil, passou um período no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Na década de 1950, de acordo com Paulo Gomes, sua obra estava em um momento de maturidade. Desse período é o óleo sobre tela *Arlequim e o gato preto* (detalhe acima). Em 1952, mudou-se para Porto Alegre para atuar como docente no Instituto de Belas Artes a convite de Ângelo Guido. Na capital, juntamente com esse artista e também com o escultor Fernando Corona, procurou consolidar o sistema local de artes. Dois anos depois de chegar à cidade, foi nomeado diretor de artes da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do Estado. Nessa época, propôs a fundação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS). “Esse é um projeto extremamente importante para o Rio Grande do Sul porque vai se desenvolver no período no qual os principais museus brasileiros se constituem, como o MAM, do Rio de Janeiro, e o MASP, de São Paulo. Nesse período pós-getulista há um incremento enorme nessa constituição dos museus”, relata o professor Paulo Gomes. Para Círio Simon, em seu trabalho sobre a origem do Instituto de Artes da UFRGS, é relevante o fato de que, em 1954, Malagoli começasse o museu no foyer do Teatro São Pedro – o mesmo lugar em que Libindo Ferrás havia instalado o primeiro salão de Artes Plásticas da cidade em 1929. O espaço nobre da música local abrigaria, nos dezenove anos seguintes, a instituição que se tornou referência na preservação do patrimônio artístico no Rio Grande do Sul. Em 1982, Malagoli recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por seus sessenta anos de carreira artística. Para homenageá-lo, o MARGS foi batizado com seu nome em 1997.

O organizador



A repercussão nacional da obra de João Fahrion

Um dos artistas de maior renome vinculado ao Instituto de Belas Artes no século XX foi João Fahrion (1898-1970). Porto-alegrense, o pintor, ilustrador, desenhista e gravador estudou gravura na Alemanha com artistas como Müller, Schoenfeld e Seek. A viagem, realizada entre 1920 e 1922, resultou de uma bolsa concedida pelo governo no Rio Grande do Sul, possibilitou-lhe, inclusive, um prêmio no Salão Nacional de Belas Artes, realizado no Rio de Janeiro em 1922. Fahrion recebeu uma medalha de bronze por sua pintura *Velha holandesa*, executada ainda enquanto estava na Europa. Retratista bastante reconhecido, local e nacionalmente, produziu diversos autorretratos, como o óleo sobre cartão de 1960 (detalhe acima). Entre suas temáticas favoritas, a figura feminina. Exemplo dessa produção são os painéis pintados nas paredes da sala que recebe seu nome no prédio da Reitoria da UFRGS e o painel de azulejos feito para o antigo salão de festas do Instituto de Artes. Os óleos sobre tela *Retrato de Maria José Cardoso* (1956) e *Nu com luva* (1949), pertencentes, respectivamente, aos acervos da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do IA e do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, são exemplares desse tipo de produção. Em 1940, sua tela *Interior com figuras*, participante do Salão Nacional de Belas Artes, foi adquirida para a coleção do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, mostrando a repercussão do artista em termos nacionais. Nas décadas de 1930 e 40, executou diversos trabalhos para a Editora Globo, empresa local que foi, na primeira metade do século XX, uma das maiores do ramo livreiro no Brasil. Destacam-se capas e ilustrações de livros infantis, como *Heidi nos Alpes*, de Johanna Spyri, e *Carlos Magno e seus Cavalheiros*, adaptada por Pepita de Leão. Círio Simon, em sua tese de doutoramento, conta que o contrato feito com Fahrion foi “silencioso”, pois o processo não foi muito claro. O que se sabe é que ele ocupou o cargo e as disciplinas escolares do artista tchecoslovaco Francis Pelichek, falecido agosto de 1937. Pintor e artista gráfico habituado ao trabalho serial-industrial, Fahrion transferiu sua experiência para a sala de aula. De acordo com Paulo Gomes, a atividade docente foi a principal de Fahrion no IA. “Teve importância como professor, mas não articulava muito além da sala de aula. Era um artista cujo trabalho tinha repercussão nacional”, enfatiza. O professor foi, então, referência a toda uma geração de artistas até os anos 1950.

O retratista





Desafios para um país andino

América Latina Vencedor das eleições no Peru, o nacionalista Ollanta Humala impede volta do fujimorismo

O Peru fica localizado na região andina da América Latina e tem 30 milhões de habitantes. Destes, mais de 10 milhões vivem em estado de pobreza. Depois da década de 90, marcada pela ditadura de Alberto Fujimori, o país ingressou no século XXI com a taxa de crescimento econômico alcançando a marca de 9% em 2008 – ritmo chinês. Os presidentes Alejandro Toledo e Alan García não conseguiram, entretanto, reverter o aumento das riquezas em distribuição de renda e desenvolvimento social. Os violentos conflitos envolvendo a população indígena e as empresas multinacionais, responsáveis pela extração de minerais, são preocupação constante, causando centenas de mortes. Além disso, o narcotráfico continua crescendo e, segundo a agência antidrogas da ONU, o Peru já superou a Colômbia como primeiro produtor mundial de folhas de coca.

As eleições presidenciais eram, portanto, decisivas para o futuro de um país historicamente dividido, devastado por conflitos sociais, e para os rumos das relações internacionais na América Latina. De um lado, o nacionalista Ollanta Humala, líder da coligação Gana Peru e vencedor do primeiro turno com 29% dos votos. A sua adversária no segundo turno, Keiko Fujimori, é filha do ex-ditador Alberto Fujimori, condenado em 2009 a 25 anos de prisão por crimes contra os direitos humanos e corrupção, cometidos durante seu governo. Em um país sem um sistema político estável, os dois candidatos, simbolizados por seus sobrenomes – um quéchua e o outro japonês – representavam projetos e discursos antagônicos.

Fujimorismo – Após a separação dos pais em 1994, Keiko, na época com 19 anos, exerceu o cargo de primeira dama até o final do governo de Alberto Fujimori, seis anos depois. Sua mãe, Susana Higuchi, foi uma das primeiras a denunciar casos de corrupção no período

em que o marido foi presidente e, anos depois, acabou elegendo-se deputada pela oposição. Apesar de sua mãe supostamente ter sido torturada, Keiko ficou ao lado do pai, classificando seu governo como “o melhor da história do Peru”. Foi a congressista mais votada nas eleições de 2006, mas durante os cinco anos do mandato de deputada acumulou mais de 500 faltas a sessões parlamentares. Na campanha à presidência, apresentou-se como apoiadora de políticas econômicas liberais que, para ela, garantiriam o crescimento do PIB nos últimos anos.

Entre as acusações de crimes cometidos durante o período fujimorista estão a esterilização forçada de 300 mil mulheres, a maioria indígenas de zonas pobres, e o pagamento dos estudos dos quatro filhos no exterior com dinheiro público. Keiko nega que as esterilizações foram uma política de controle de natalidade e culpa “os péssimos profissionais da saúde” pelos danos causados às mulheres. Durante a campanha para o segundo turno, um grupo de intelectuais peruanos, liderados pelo Prêmio Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa, apresentou um manifesto contra o regresso do fujimorismo. Na carta, eles definiram uma possível vitória de Keiko como uma “ameaça à democracia e à liberdade dos peruanos”, classificando o governo de Alberto Fujimori como “o mais sinistro da história dos governos republicanos”.

Para o professor do Departamento de Ciência Política da UFRGS Rodrigo Gonzalez, a ligação com o Alberto Fujimori foi um dos fatores que levaram à derrota de Keiko: “Não há como desassociá-la do seu pai, afinal, ela tem Fujimori no nome. De alguma forma, ela representava o mesmo perfil de governo do seu pai, ou seja, ortodoxia econômica e autoritarismo”.

Nacionalismo – O ex-militar Ollanta Humala Taso voltou-se para a política em 2005, quando criou o Partido Nacionalis-

ta Peruano e anunciou sua candidatura à presidência nas eleições seguintes. Em 2006, como candidato do presidente da Venezuela Hugo Chávez, acabou derrotado. No último pleito, tornou-se mais flexível, disse que o modelo venezuelano não é aplicável ao Peru e afirmou que respeitará a empresa privada, os tratados de livre-comércio e a independência do Banco Central. O professor Gonzalez destaca a importância das mudanças de Humala no intervalo das duas eleições para o êxito contra Keiko Fujimori: “Deve ter pesado a suavização do seu discurso, tornando-o mais palatável para as classes médias, o que levou à ampliação dos seus votos”. A professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade, Cláudia Wassermann, concorda, mas ressalta outras questões: “Acho que o trabalho partidário que ele vem realizando surtiu efeito nesse momento. Parece muito com a trajetória do Lula. Além de moderar o discurso, há toda uma história de amadurecimento partidário e sua consolidação nos estados”. Baseado em um projeto de descentralização política e econômica, Humala reafirmou a todo o momento a necessidade de levar o crescimento a áreas historicamente desassistidas pelo estado, prometeu forte combate à corrupção e ao narcotráfico.

Para Wassermann, o resultado apertado das eleições – diferença de 500 mil votos – representa a divisão da população entre as possibilidades de um governo de esquerda e outro, liberal. Segundo a pesquisadora, as distinções entre os eleitores são consequência de conflitos étnicos, que marcaram a história do país: “Essa polarização tem um componente étnico muito forte, característico do Peru desde o século XVIII e que ganhou força

no século XX. A vitória de Humala aconteceu principalmente em áreas rurais, indígenas e camponesas, ao passo que os eleitores da Keiko são oriundos das classes altas peruanas e, principalmente, da oligarquia temerária dessas movimentações étnicas”, diz.

O futuro governo – A partir de 28 de junho, quando assume a presidência do Peru, Ollanta Humala terá pela frente grandes desafios. Para implantar as políticas de assistência e inclusão social, terá de obter êxito no congresso nacional. O professor Gonzalez lembra que o partido do novo presidente não deve ter maioria, e a capacidade de se aliar a outros setores e ampliar sua base de apoio será decisiva para o futuro governo: “Uma coisa é propor na eleição; outra, é ter um suporte político necessário dentro do país para conseguir pôr em prática. Imagino que as prioridades são ampliar seu bloco de apoio e conseguir manter uma visibilidade favorável como ator moderado no cenário mundial, ao estilo Lula. A partir disso, tentar criar políticas de distribuição de renda”. Logo após a eleição, em visita ao Brasil, Humala confirmou que a aproximação com o nosso país deve ser decisiva para a consolidação das estratégias de desenvolvimento social, já que os programas brasileiros – Fome Zero e Bolsa Família, por exemplo – serão modelos para o seu governo. O Peru é o maior exportador de cocaína do mundo – desde 2000 a superfície de cultivo de coca duplicou e a exportação da droga aumentou 125%, passando para 300 toneladas/ano –, e a colaboração no combate ao narcotráfico também foi pauta do encontro com a presidenta Dilma Rousseff.

Revisão de concessões – A extra-

ção de minerais, principal fonte de crescimento econômico do país andino na última década, será outro ponto decisivo para o novo governo. O fato de o atual sistema privilegiar a concessão do direito de exploração a empresas estrangeiras e de o setor ser ineficiente no controle à contaminação ambiental gera muitos conflitos nas áreas rurais. O caso mais trágico aconteceu há dois anos na região Amazônica quando um protesto indígena que durava dois meses terminou em confronto com a polícia e causou a morte de 33 pessoas. Após eleito, Humala disse que respeitará os contratos firmados legalmente antes de seu governo. Mas as comunidades pobres afetadas pelos conflitos foram decisivas para a sua vitória, e os especialistas concordam que o candidato nacionalista deve rever a questão da exploração de minerais. “Provavelmente, Humala deve aos poucos tentar algum tipo de política de favorecimento dos setores nacionais. Em que medida ele vai enfrentar diretamente o capital internacional, isso ainda é uma incógnita. Mas certamente haverá uma política mais nacionalista em relação à exploração das riquezas daquele país”, diz Gonzalez. Para a professora Cláudia, “há uma expectativa de como ele vai responder à população que votou nele e que estabelece antagonismos com as empresas estrangeiras. Afinal, essa população é prejudicada na questão trabalhista e pela ocupação de suas terras. Acredito que pelo menos em médio prazo haja uma revisão das concessões, pois esse é o principal mote do seu projeto político”.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



Para especialistas, novo presidente deverá tentar uma política de favorecimento dos setores nacionais

Entrevista Integração e reformas sociais na América Latina

Cristina Soreanu Pecequillo é professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e pesquisadora associada do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (Nerint) da UFRGS. Em entrevista ao Jornal da Universidade, a docente fez um balanço do trabalho do ex-presidente Alan García e analisou as perspectivas em relação à política externa de Ollanta Humala e suas consequências para a América Latina. Segundo Cristina, a vitória do candidato da coligação Gana Peru facilita a integração entre os países latino-americanos e a consolidação de reformas sociais no continente.

JU – Que balanço é possível fazer da política externa de Alan García?

Cristina – Não houve grandes avanços com Alan García. A premissa de sua política externa era a recuperação de uma relação preferencial com os Estados Unidos. Mas, a partir do momento em que os Estados Unidos não deram

nenhuma validação para essa estratégia, foi uma política externa que caminhou no vazio. No caso das relações na América do Sul, de certa forma, foi uma política inercial, sem incentivar nem trabalhar contra os projetos de integração.

JU – A eleição de Humala confirma a guinada à esquerda na América Latina?

Cristina – Eu acho que não seria somente uma guinada à esquerda, mas a consolidação de uma visão de que algumas reformas não realizadas no Peru durante o governo Alan García são necessárias. É a reafirmação de que a população latino-americana se preocupa com uma temática social que nem sempre está na agenda de alguns candidatos.

JU – Quais são essas reformas?

Cristina – São reformas de distribuição de renda e a consolidação de programas de assistência social, ou seja, programas relacionados à diminuição do nível de pobreza e à colocação

em primeiro plano de preocupações sociais para dar conta de uma população que se tornou mais pobre, apesar do crescimento econômico.

JU – Humala tem discurso voltado para o combate à pobreza, à semelhança dos governos Lula e Dilma. Quais as expectativas para as relações entre Peru e Brasil?

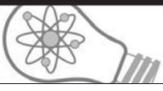
Cristina – Uma das prioridades do governo Humala deve ser a aproximação com o Brasil no âmbito do Mercosul. Então, há a possibilidade de convergência em diversas áreas de cooperação, principalmente técnica, ou seja, a troca de experiências em programas como o Fome Zero, por exemplo. A maioria dos países latino-americanos, assim como os países em desenvolvimento na Ásia e na África, têm as políticas brasileiras de acesso a melhores condições em saúde, educação e alimentação como modelo. Essa é uma projeção do poder brasileiro que pode favorecer o aprofundamento das relações.

JU – Quais as perspectivas para as demais relações na América Latina?

Cristina – Acho que existe uma identidade natural entre os governos da região andina e os projetos de desenvolvimento do Brasil. É um momento interessante para o aprofundamento da integração sul-americana. Os países sul-americanos têm se dado conta de que interferências em políticas internas não são interessantes. Existem mecanismos apropriados para isso, como a Unasul. Não é necessário que se tenham confrontações ou disputas entre esses países.

JU – O que representaria uma possível vitória de Keiko Fujimori nas eleições presidenciais peruanas?

Cristina – A Keiko representaria a continuidade da política externa do governo Alan García. Obviamente, o Peru não abriria mão do seu relacionamento na América do Sul, mas haveria a ilusão de que a melhor relação se dá com os Estados Unidos.



Uma década sem Milton Santos

Legado O intelectual que pensou o mundo a partir da Geografia e foi um dos maiores críticos à globalização



Milton Santos nasceu em 1926 em Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia. Neto de escravos e filho de professores, foi alfabetizado em casa por estes antes de ingressar no colégio. Graduiu-se em Direito em Salvador em 1948, época em que esse era um curso de formação geral. Fez doutorado em Geografia na Universidade de Estrasburgo, na França. Quando retornou ao Brasil, tornou-se professor universitário. Ele teve envolvimento com política estudantil e sindicatos e trabalhou em um jornal ligado à esquerda. Foi preso no dia seguinte ao golpe de 1964. O geógrafo acreditava estar no que chamou de "lista" dos militares desde que participou, como jornalista, da viagem de Jânio Quadros a Cuba. Após seis meses, saiu da cadeia para o exílio. Estabeleceu-se na França, onde foi docente em diferentes universidades.

Ao longo dos anos 70, também deu aulas em breves períodos nos Estados Unidos, no Canadá, no Peru, na Venezuela e na Tanzânia. Em 1978, durante a abertura política, voltou ao Brasil. Esse ano é o marco de uma importante inflexão na geografia brasileira (leia abaixo). Milton Santos se consolidou, a partir de então, como o principal nome da área no país, tendo publicado mais de 40 livros.

“**B**rasil perdeu o seu filósofo da Geografia.” Foi assim que este Jornal noticiou, em sua edição de junho de 2001, a morte de Milton Santos, ocorrida no dia 24 daquele mês. Trata-se do maior nome do país nessa área de conhecimento. Professor emérito da USP, ele permaneceu em atividade até semanas antes do falecimento, causado por câncer, aos 75 anos. Era doutor *honoris causa* na UFRGS e em outras 12 universidades, cinco delas estrangeiras. Recebeu, em 1994, o prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia.

Um dos aspectos que o distinguia de outros intelectuais era a sua capacidade de fazer relações interdisciplinares. Ele levou teorias de outras disciplinas para a Geografia, o que contribuiu para o alargamento desse campo do conhecimento. O esforço para divulgar suas ideias, aliado à impressionante capacidade de expressá-las, fez com que se tornasse um autor utilizado mesmo fora de sua área.

Maria Angela Pereira Leite, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP que trabalhou com Milton Santos e organizou um livro de entrevistas concedidas por ele, destaca que estudiosos de outras áreas se sentiam atraídos a estudar com o geógrafo. “Ele dizia que as disciplinas são autônomas, mas não isoladas. O mundo é um só, visto de diversas formas. Quando se delimita um campo, delimita-se um modo de ver o mundo, e não uma parcela dele.” Ou seja, só é possível entender o mundo olhando para o todo. Uma de suas restrições à academia brasileira era, justamente, o fato de os estudos se darem em grupos fechados, que não estabeleciam diálogo entre si.

Milton Santos teceu críticas sobre o papel do intelectual e sua relação com a sociedade, em especial, a incapacidade de formulação de um pensamento autônomo brasileiro. De acordo com sua visão, teríamos dificuldade de entender o mundo e suas mudanças porque nos recusamos a pensar por nós próprios, preferindo fazê-lo como se fôssemos europeus.

Maria Angela explica que a crítica era à importação de padrões e métodos de produção intelectual europeus, onde a universidade brasileira tem sua raiz – as bases da Geografia vieram da França. “A forma de estruturação do pensamento é europeia. Ele dizia que a gente deve se libertar dessas amarras. A produção de conhecimento nunca é desvinculada do cotidiano e da organização da vida das pessoas no país em que ela se dá. E o dia a dia brasileiro é muito diferente do

francês, americano ou alemão. Portanto, a produção de conhecimento no Brasil deveria estar centrada nas questões nacionais. Mas há uma dificuldade: quando se entra na era da globalização, esses padrões [hegemônicos] viram mundiais, e é cada vez mais difícil fazer aflorar o local.”

A globalização – Nos últimos anos de sua vida, Milton Santos dedicou atenção especial a esse conceito. Sua análise crítica do fenômeno denunciava o discurso que a acompanhava: sem alternativas viáveis, todos os países deveriam se abrir ao mercado, ainda que submetidos ao que o geógrafo chamava de “mais-valia globalizada”, prejudicial aos subdesenvolvidos.

Ele afirmava que, para se analisar qualquer fenômeno histórico, devem-se observar dois elementos: a técnica e a política. No período da globalização – definida como o auge do processo de internacionalização do capitalismo, em que nossas vidas são ditadas pelo dinheiro –, estão dadas as condições para os avanços que garantam uma vida melhor a todos. No entanto, essas condições teriam sido apropriadas por um pequeno número de empresas, com a conivência do Estado, que não tem mais tanta força na tomada de decisões. Ou seja, as técnicas possibilitam avanços, mas as políticas vigentes se dão no sentido de concentrar os benefícios nas mãos de poucos.

A imposição do ideário da globalização e o seu caráter homogeneizante – que ignora diferenças culturais em vez de respeitá-las – impeliram-no a ir na contramão do pensamento único. Milton Santos sugeria deixar de aceitar as premissas da globalização e subvertê-las. Por exemplo: considerava uma farsa a ideia de aldeia global, a de que temos condições de saber o que está acontecendo em um país distante do mesmo modo que se estivéssemos próximos como em uma aldeia. Ele denunciava a “tirania da informação”: as informações que nos chegam sobre esse país provêm de poucas agências de notícias internacionais.

Essa crítica parte do seguinte raciocínio: à medida que o mundo se globaliza, devemos entendê-lo como um todo, “e cada coisa a partir do mundo. Se me retirarmos a possibilidade de compreender o mundo como ele é, se me bombardeiam todos os dias com informações que não são corretas, estão me tirando a possibilidade de entender não só o mundo como a mim mesmo”, como afirmou o geógrafo em uma entrevista de 1999.

Consciência universal – Sobre a globalização, Milton Santos tinha, como habitual, uma visão crítica, mas otimista. Ele apontava a existência de três mundos em um só: “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.”

A superação da contradição entre o mundo como é e o mundo como nos fazem ver se daria pela descoberta de que este não existe. Essa constatação seria feita pelas classes desfavorecidas. A professora Maria Angela explica o raciocínio: “A modernização não é extensível a todos. Exatamente por não terem acesso a ela, os pobres são os guardiões da cultura local, porque estão ‘imunes’ aos modismos a que as classes de maior poder aquisitivo têm acesso.”

Milton Santos dizia que o conforto é um obstáculo para a descoberta, ao contrário da escassez, que a favorece. Assim, os pobres são capazes de ver o mundo como ele é, ao contrário das classes médias, que estão contentes com seu consumo e suas ideias estabelecidas. A partir da disseminação das técnicas utilizadas de forma perversa pelo capital, surgiria, de baixo para cima, uma globalização diferente, baseada na solidariedade das relações humanas. O título de um livro publicado pelo autor em 2000 sintetiza essa ideia: *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

Esse processo não é percebido pela academia, por sua própria incapacidade de ver o mundo. Seria necessário, de acordo com Maria Angela, “olhar para os lugares em que a modernização não chega e, a partir daí, extrair as bases de uma produção intelectual que não fosse europeia”. “O conforto é um entrave à produção do conhecimento e do futuro. É papel do intelectual criar desconforto”, disse Milton Santos, em entrevista ao programa Roda Viva.

Ele afirmava que passaríamos do atual período, que denominava técnico-científico-informacional, para a fase popular da História, em que as demandas das classes pobres estariam no centro das políticas públicas. Milton Santos acreditava que seria impossível, para o Brasil, trilhar um caminho de desenvolvimento que não contemplasse as parcelas mais pobres da população.

João Flores da Cunha, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

1978 O ano em que a geografia brasileira mudou

Em 1978, quando Milton Santos voltou do exílio, o Encontro Nacional de Geógrafos, bianual, foi realizado em Fortaleza, tornando-se um marco histórico na geografia brasileira. O professor do Departamento de Geografia da UFRGS Álvaro Luiz Heidrich, que era estudante de graduação na época e esteve presente no congresso, relata as mudanças pelas quais a área passou naquele momento e explica a teoria dos dois circuitos de Milton Santos:

“Naquele encontro, confrontaram-se posições diferentes de compreensão da Geografia: de um lado, a comprometida com os projetos de desenvolvimento econômico; de outro, a crítica à participação da Geografia na sociedade, que revelava suas desigualdades. A partir dali, delineou-se um crescente envolvimento da Geografia com a reflexão compartilhada com outras disciplinas das humanidades e a discussão dos problemas dos espaços subdesenvolvidos do terceiro mundo. Esses termos eram, ainda, categorias apropriadas para uma compreensão das relações econômicas. Depois, com o aprofundamento dos processos de internacionalização e globalização, foi-se percebendo uma necessidade de reflexão sobre isso.

“A produção teórica do professor Milton Santos foi elucidativa nesse sentido. Podemos refletir sobre a linha condutora do seu pensamento. Ele relata que, ao dar aulas no exterior, estava inclinado a reproduzir a Geografia que aprendeu de seus mestres franceses. Mas isso de nada lhe ajudava a explicar o mundo que ele conhecia, brasileiro: de desigualdades e da coexistência, dentro do país, da pobreza com a industrialização.

“Ele fez um grande esforço de compreensão dessas contradições, e a pesquisa resultou na obra *O espaço dividido*, de 1978. Ali, ele expõe a teoria dos dois circuitos da economia. Entendia-se o espaço urbano como centro de serviços: as cidades como local das industrializações. Havia a compreensão de uma rede urbana articulada, com as cidades avaliadas por seu desempenho funcional: serviços, turismo, indústria. Eram metrópoles concentradoras de um comando de atividades.

“Mas isso não dava conta de atividades econômicas que não participassem desses circuitos modernos. Era como se houvesse uma dinâmica, aparentemente subterrânea, dessas relações, que ele veio compreender como circuito inferior. Pode ser exemplificado assim: uma atividade econômica que não é orientada por um investimento tipicamente capitalista, como se fosse um modo de produção à parte dessa economia, mas bastante relacionada com ela, e presente no mercado. O ganho das pessoas envolvidas nessas atividades se dá pela unidade produzida, em que a produção é, às vezes, familiar ou até pessoal. Ou seja, há um volume de trabalho pessoal bastante significativo em relação aos usos de tecnologia possíveis.

“Ele insere essa teoria dentro da perspectiva anterior e mostra que há uma interdependência do circuito inferior com o circuito superior da economia. Aquele sustenta economicamente uma população que não é assistida por programas de políticas públicas. E isso, inclusive, desobriga a economia capitalista de arcar com as demandas socioeconômicas de parcelas significativas da população que estão na faixa de pobreza ou miséria.”



Na arte, a expressão da artista

DESTAQUE



Heloisa Schneiders da Silva
Escritos, fotografias e reproduções de obras permitem conhecer sua vida e sua produção

Everton Cardoso

“Não sei ao certo qual será minha profissão. Tenho duas em mente, a de Medicina e [a de] Belas-Artes. Caio mais para o lado de Belas-Artes. Gosto de desenhar, pintar, fazer esculturas. Adoro desenhar pessoas e árvores, não sei por quê. Acho que um verdadeiro artista tem o dom de dar expressão e vida ao que faz. E é isso que eu gostaria de poder fazer.” O trecho da redação escrita aos doze anos por Heloisa Schneiders da Silva quando aluna do Instituto Piratini já anunciava os planos da caçula entre os quatro filhos de João Barbosa da Silva e Helga Schneiders da Silva: dedicar-se às artes. E é na reprodução desses materiais que fazem parte do acervo da artista que está em dos grandes méritos do livro *Obras e escritos: Heloisa Schneiders da Silva*. Reproduções de trabalhos, fotografias pessoais e escritos sobre arte, pintura e processos de produção artística, aliadas aos textos dos curadores Mônica Zielinsky e Gaudêncio Fidelis e a uma cronologia, permitem compreender melhor a obra e a artista por trás dela.

Heloisa extrapolou os limites da tela ao criar suportes que deixavam de lado as barreiras da forma quadrangular para ousar e pôr em discussão a própria noção de pintura. No livro, ela é retratada como uma artista cujo tempo de vida e de produção foi curto, mas importante para o sistema artístico sul-rio-grandense. Gaudêncio Fidelis, por exemplo, discorre sobre o panorama artístico na capital gaúcha dos anos 1980, oferecendo insumos para uma compreensão mais aprofundada a respeito do trabalho da pintora.

Na penúltima década do século XX, segundo a análise do artista e curador, o mercado local estava tomado por um impulso considerável, mas essa tendência não chegava a afetar a produção artística da cidade: apesar de a lógica econômica ter adquirido força, muitas vezes esta esteve subjugada às demandas estéticas dos artistas porto-alegrenses. Tomando a ideia de Pierre Bourdieu de que uma obra de arte é a expressão da totalidade do campo de produção artística e também um produto da história dessa instância da sociedade, esmiuçar o momento por que Porto Alegre e o campo das artes passavam é fundamental para se compreender a inserção de Heloisa na produção artística em sua cidade natal. E isso se torna ainda mais surpreendente quando se considera que a pintora não tinha um “sentido de carreira”, como afirma Mônica Zielinsky no documentário *Pintura: da*

matéria à representação, produzido pela Fundação Vera Chaves Barcellos em 2010.

Se, por um lado, Heloisa não tinha uma preocupação imediata com a construção de uma trajetória, por outro, tinha muito claras suas concepções e seu rumo como artista. Tanto é que em junho de 1980 deixa o cargo de professora do Instituto de Artes da UFRGS. Em sua carta manuscrita, as razões: “Saio para poder crescer [...] É a minha relação com as coisas, com a vida e com a arte que não me permite permanecer aqui. É improdutivo”. Na interpretação de Mônica Zielinsky apresentada no livro, aparecem ainda outras ideias presentes no escrito da artista e que a impeliram a abandonar a docência universitária: a competitividade presente no ambiente acadêmico e a conversão, na universidade, das relações humanas em procedimentos administrativos – sendo, como consequência, um ambiente carente de sensibilidade e humildade.

Nessa mesma época, Heloisa participou de *Diário de bordo*, exposição realizada no Espaço N.O., núcleo de arte experimental que reuniu artistas como Mário Röhnelt e Rogério Nazari no final dos anos 1970 e início dos 1980 em Porto Alegre. Situado no centro da cidade, o local abrigou o que havia de mais experimental na arte daquele momento, como os *Parangolés* do carioca Helio Oiticica. Sobre *Diário de bordo*, Mônica faz uma análise detalhada: entre os temas postos nas obras contidas na exposição individual da artista, a curadora vê na elaboração de objetos que usam molduras sem quadros o questionamento da noção de arte. Considerando que é na borda que tradicionalmente está um importante indicativo da obra, aí está uma recorrente questão apontada pela produção artística nas últimas décadas: seus limites.

Desde que, em 1917, o artista francês Marcel Duchamp declarou que era arte um urinol virado de cabeça para baixo e assinado com seu pseudônimo R. Mutt, a questão sobre o que, afinal, deve ser considerado arte passou a ser crucial. Enquanto o *ready made* produzido em escala industrial pôs em xeque a autoria e a habilidade do artista como fundamentos da obra no início do século XX, Heloisa Schneiders da Silva, na Porto Alegre dos anos 1980, tirou a pintura de suas molduras. Em *Diário de bordo*, explorara a moldura sem pintura; mais tarde, fez experimentações de pinturas sem



Acima: *Sem título*, 1984. Abaixo: (1) *Sem título*, 1984, (2) *Estudo*, 1985, (3) *Estudo*, 1999

moldura cuja tela estava esticada sobre uma estrutura de forma irregular, feita de galhos e pedaços de madeira amarrados pela própria artista. Para Mônica Zielinsky, o que aproxima a produção de Heloisa do artista dadaísta francês é a contestação da conjuntura na qual está inserida.

Na visão de Mônica Zielinsky, Heloisa usava a pintura como meio para pensar, “como uma extensão de seu próprio movimento de existir”. Exemplo disso foram as séries de pinturas e experimentações com imagens de lobos. Por volta de 1975, aos vinte anos, a artista foi diagnosticada portadora de lúpus – doença em que o próprio sistema imunológico causa danos ao organismo. A coincidência do nome da enfermidade com o do animal escolhido – cujo nome científico é *Canis lupus* – certamente não é casual.

Essas pinturas preservam a nobreza e o tom selvagem dos animais que a artista se propõe a retratar. Primeiramente, Heloisa os desenhava com giz pastel; no fim de 1983, os lobos alçavam voos no suporte do desenho e, mais tarde, transformaram-se em óleos que parecem traduzir a força selvagem dos animais, cujos olhares se tornaram cada vez mais penetrantes. Depois, por meio de recortes, dípticos, trípticos e outras estruturas, os lobos se

materializaram: muitas vezes o próprio corpo do animal reconstruído como um couro estaqueado serve como suporte, aliando o intimismo do tema à projeção artística da obra. A temática dos lobos, depois de abandonada por alguns anos, foi retomada no final dos anos 80 e início dos 90, mas estes não tinham o mesmo vigor e agilidade de antes. Foram, então, representados em repouso, muitas vezes envolvidos pelo abraço de uma figura feminina. Há aí, na interpretação de Mônica Zielinsky, desencanto, intervalo entre a vida e a morte, e despedida. Para Gaudêncio Fidelis, o olhar do lobo, nessa retomada, se confunde com o da artista em direção ao espectador.

A partir da leitura de *Obras e escritos: Heloisa Schneiders da Silva*, portanto, é possível aproximar-se da artista que “oferece elementos essenciais para se pensar a arte, suas práticas, os problemas de inserção institucional e de seus trânsitos públicos”, como escreve Mônica. Dessa maneira, a produção artística é posta em discussão como uma experiência vital, uma sensível visão da alma da artista, já que no livro estão reunidos elementos para a interpretação e a leitura da obra, do legado histórico e do profundo debate sobre a arte promovido por Heloisa nos anos 1980 em Porto Alegre e, claro, no Brasil.

JU indica

Coojornal – A trajetória de um jornal de jornalistas sob o regime militar

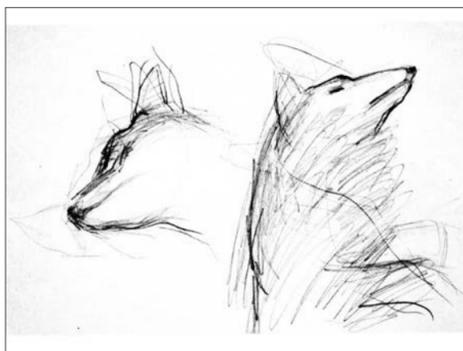
Ayrton Centeno, Rafael Guimaraens, Elmar Bones (orgs.)
Libretos, 2011, 272 páginas + DVD
R\$ 40



Enquanto o país vivia o período mais duro da ditadura militar, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, um grupo de jornalistas da capital gaúcha

metia-se numa empreitada até então inédita em terras brasileiras: a criação de uma cooperativa. Nascida em 23 de agosto de 1974, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal) chegou a ter 314 associados. O resgate da memória de seu produto mais conhecido, o tabloide mensal Coojornal, é o que propõe este livro lançado no início de junho pela editora Libretos. A obra traz uma seleção de 33 reportagens que marcaram o periódico, que circulou entre novembro de 1976 e dezembro de 1982. Acompanha a publicação, um documentário em DVD. Dentre os textos selecionados, destaca-se a matéria publicada em março de 1978, que apresentava o caso Para-Sar. A reportagem conta a história do capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, punido pela Aeronáutica por ter se recusado a comandar uma operação que jogaria ao mar os adversários do regime. O Para-Sar era uma unidade de elite especializada em operações de resgate e salvamento, criada oficialmente em 1963. Os integrantes daquele grupo eram militares da Força Aérea Brasileira (FAB), submetidos a um rigoroso treinamento. Passavam a maior parte do tempo em treinamentos de sobrevivência na selva, resgatando vítimas de acidentes aéreos e abrindo campos de pouso nas florestas do Brasil Central. Em 14 de junho de 1968, o grupo foi convocado pelo brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, chefe de gabinete do Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello. Inconformado com os propósitos humanitários do grupamento, Burnier planejava transformar o Para-Sar num esquadrão da morte. A reportagem transcreve parte de seu discurso aos integrantes do esquadrão: “[...] Vocês precisam de sangue-frio para que pessoas inconvenientes possam sumir do cenário político nacional, sendo lançadas em alto-mar, de navio ou avião”. Seis dias depois, o capitão Sérgio reuniu seus homens e comunicou que as únicas missões que o grupo executaria seriam as de rotina, ou seja, de salvamento. Imediatamente, foi transferido para o Hospital da Aeronáutica em Recife. Nos meses seguintes, praticamente todos os seus colegas de esquadrão foram punidos com a prisão. Em 1969, o capitão Sérgio foi reformado pelo Al-5. Sua história foi ouvida pelo brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral da Diretoria de Rotas Aéreas e responsável pela utilização do Para-Sar em operações. Num exemplo de como as forças militares brasileiras refletiam em seu interior os conflitos gerados pela conjuntura instável do país, Itamar Rocha realizou uma sindicância sobre os fatos e concluiu que a verdade estava com o capitão Sérgio. Por sua obstinação em tentar reverter a punição injusta, Rocha foi exonerado de sua função, detido em prisão domiciliar e, mais tarde, também reformado pelo Al-5. Apesar dos protestos de revolucionários ilustres de alta patente, Souza Mello e Burnier resistiram em seus cargos até novembro de 1971, quando se envolveram em uma nova tentativa de colocar oficiais da FAB a serviço das forças repressivas e acabaram exonerados pelo presidente Médici. (Ánia Chala)

REPRODUÇÃO/ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MARCS





DESTAQUE

A singularidade do pensamento

Caroline da Silva

Apresentado em Porto Alegre para a conferência de inauguração do Fronteiras do Pensamento como crítico literário, talvez Fredric Jameson não se reconheça dessa forma. Ao menos foi o que disse a professora de Literatura do Instituto de Letras da UFRGS Regina Zilberman. Ela ministrou a aula preparatória para o evento no StudioClio, a convite da organização.

O norte-americano é reconhecido mundialmente por sua análise da cultura contemporânea. Articulando economia, política, estética e outras áreas que perderam suas fronteiras no processo da globalização, observa as relações incomuns entre a sociedade do consumo e o mundo da produção cultural. “É uma das grandes personalidades do final do século XX e início do século XXI, e acho que Porto Alegre, estando em seu roteiro, pode se sentir bastante privilegiada. Ele tem uma obra bastante variada”, opina a docente. Entre os livros mais importantes, estão *As marcas do visível*, *A estética geopolítica*, *Arqueologias do futuro*, *As sementes do tempo*, *Modernidade singular* e *Virada cultural*.

Universo teórico – Regina refaz a trajetória do pensador: “Jameson ‘namorou’ no início o que hoje se chamariam os estudos literários. Trabalhou com pensadores da Escola de Frankfurt e que também circularam pela literatura, como Walter Benjamin. Em *O inconsciente político* (1981), fez estudos de obras literárias. À medida que estudava a questão da pós-modernidade, deixou o campo da literatura. Apesar da formação em Filosofia, transitou por outras áreas, ao ponto de tensionar a estética, sobretudo no que diz respeito a como a arte é manipulada na sociedade contemporânea. Afinal, mesmo sendo uma obra de arte de vanguarda, desestabilizadora, ela serve – esse é o ponto! – aos objetivos de uma sociedade de consumo”.

Para o professor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Francisco Rüdiger, o autor pertence à geração de pensadores que se filiou aos primeiros frankfurtianos, ainda à época da II Guerra Mundial. “O fracasso da experiência socialista e a hegemonia conquistada pelo capitalismo entre as massas privaram a teoria crítica de seus sujeitos históricos. A revolução social e política é uma tese que saiu da agenda dos movimentos civis. O capital se consolidou como forma de relação social dominante, e as alternativas existentes olham para trás, como sinalizam os fundamentalismos religiosos. Os próprios intelectuais dignos do nome são agora poucos, substituídos que foram por fabricantes de modismos conceituais, mercadores de esqueminhas intelectuais e *promoters* de ideias pretensamente aplicáveis às empresas, aos negócios, ao terceiro setor e, às vezes, até, ao serviço público. A reflexão crítica sobrevive constrangida em meio a um oba-oba que tem de repetir quem deseja sobreviver de acordo com os parâmetros dominantes, e um dos porta-vozes dessa forma de pensamento, necessariamente histórica e capaz de autorreflexão contextual, é Fredric Jameson.”

Arte pós-moderna – “Ele é um pensador da Pós-modernidade e sua atitude é sempre crítica em relação a isso”, pontua Regina. Afirmação à qual Rüdiger dá eco: “Segundo Jameson, a Pós-modernidade é uma espécie de superestrutura cultural do capitalismo avançado. Nele, o conceito tem um uso crítico, em vez



Fredric Jameson Autor norte-americano aponta transformação na forma de produzir e consumir arte

A videoinstalação *Ponte*, de Raquel Kogan e Lea Van Steen, pode ser vista na exposição em cartaz no Santander Cultural

FLAVIO DUFRAY/JU

de instrumental. Ele é um pensador marxista que procura estar em dia com seu tempo, e não um pós-modernista”.

Na palestra intitulada *A estética da singularidade*, Jameson abordou as características da Pós-modernidade como a abolição do tempo pelo espaço e a transformação de objetos em eventos, isto é, as mudanças nos modos de produzir e consumir a arte. O filósofo também comentou o surgimento da figura do curador, a dominância das instalações e o fato de a arte ser um evento do agora – não mais como ocorria no Modernismo, quando eram comercializadas as grandes pinturas.

“Afirmando que o que se compra agora é a ideia de obra, em vez de as obras mesmas, Jameson não está querendo dizer que não mais se façam negócios com os bens culturais, mas, sim, que a dinâmica deles se alterou. Para os eventos artísticos não falta toda uma indústria e um novo empresariado, que movimenta cada vez mais dinheiro, seja captando recursos junto ao poder público e à iniciativa privada (em geral, atuando em sinergia), seja vendendo ingressos, explorando espaços publicitários, fazendo marketing e criando direitos autorais. A economia da cultura está em alta, porque agora os negócios são culturais – e não tanto porque a cultura é praticada como negócio, como fora na época de formação da indústria cultural, analisada por Theodor Adorno. Quando você navega pela internet, cai em uma rede potencial de negócios que já começa com a venda de suas clicadas aos anunciantes por parte dos que mantêm os sites, e se estende pelo mundo das compras virtuais, assinaturas de serviços online (jogos em rede, relacionamentos amorosos, etc.). Em relação à ‘arte’, vale o mesmo: a instalação ou performance a que se vai assistir é uma situação pela qual se paga, comprando ingresso, ou o poder público e/ou a iniciativa privada bancam, para se promoverem mercadologicamente (atendimento de nicho eleitoral, no caso dos governos).” A avaliação é de Rüdiger, professor de Cibercultura e Teoria da Comunicação na Fabico.

A arte segundo o crítico

“A vanguarda foi substituída pelo curador, essa nova figura pós-moderna.”

A arte não é mais um objeto e, sim, um evento. Ela é para o agora, não para a posteridade.

Hoje existem objetos estranhos que ainda chamamos de arte.”

A música pop se tornou uma questão espacial. As pessoas vivem dentro da música em função das novas tecnologias. Não emito juízo específico sobre a qualidade.

Agora - onde está o destino da nossa civilização

Repleta de instalações, produções tecnológicas e “objetos estranhos”, a exposição está no Santander Cultural – parte do projeto *Agora / Agora - Criação e transgressão em rede*, promovido em parceria com o departamento de Difusão Cultural da Universidade. A ideia é fomentar o pensamento do agora como algo a ser construído coletivamente, abordando a rapidez da vida e a compreensão do mundo atual.

Na mostra, sob a curadoria de Angélica de Moraes, também estão exemplares da arte clássica, como pinturas, esculturas, desenhos e fotografias (mas, claro, demonstrando a tal hibridização observada por Fredric Jameson nas imagens). Na opinião do pensador, a característica da produção atual seria a própria fusão das artes, como se fosse a “receita” para valorizar a eficiência técnica em detrimento de uma eventual marca artística individual e, por isso, a singularidade na arte estaria desaparecendo.

Talvez alguém pergunte qual o valor estético da obra *SuperCinema*, de Rommulo Conceição, e se realmente é arte. Ele, que é mestre e doutor em Geologia, professor do Geociências da UFRGS, é também mestre em Poéticas Visuais pelo

Instituto de Artes. O artista montou um verdadeiro supermercado no saguão do centro cultural. Há caixas, carrinhos e cestinhas. Alguém já pensou em entrar no Santander Cultural e sair com uma caixa de leite ou então de sabão em pó? Isso se tornou possível. Os produtos em exposição têm etiquetas com preços e é possível adquiri-los ali mesmo. Ironicamente, é esse espaço que faz com que uma berinjela volte a realmente ser uma berinjela, como Jameson desconfiava não ser mais possível depois da “cozinha molecular” (aquela que transformou a gastronomia em arte). Lá, o legume custa R\$ 0,50 e está em bom estado de conservação na gôndola. No entanto, a criação de Conceição não para por aí. Nos corredores entre as prateleiras estão confortáveis poltronas de cinema. O visitante pode entrar, sentar e assistir ao filme projetado no alto da parede. Na programação, uma extensa lista de longas-metragens que incluem desde *blockbusters* até produções exibidas em circuito alternativo.

A instalação *Túnel* também provoca o público. De Leonardo Crescenti e Rejane Cantoni, já premiada internacionalmente, é

uma escultura cinética interativa composta de um conjunto de 93 pórticos metálicos no formato de retângulos/molduras. É possível passar pelo meio dela, tendo a sensação de atravessar uma ponte pênsil. Destaca-se, ainda, *Ponte*, de Raquel Kogan e Lea Van Steen (2008). A videoinstalação de 18 minutos é projetada dentro de uma sala escura com espelhos. Por fim, *Bastidor*, de Ana Holck (2010), é uma grande e branca instalação, em que a autora utiliza policarbonato alveolar e blocos de concreto hexagonal para chamar a atenção.

Bem conhecido dos gaúchos, Saint-Clair Cemin figura entre os nomes do projeto com uma série de desenhos e de esculturas. Entre as últimas, *Diga não a Platão* (1990), baseada no chão, é um trabalho em bronze, simples, que impressiona pelo tamanho: linhas retas formam uma “cela” retangular maior que a repórter em altura e largura.

A iniciativa ainda apresenta a plataforma web *Ágora* (fazendo referência ao local onde os cidadãos gregos se reuniam para resolver os destinos da cidade): www.agora.art.br. Na agenda, um ciclo de debates com pensadores e artistas na sala multiuso e por meio do Twitter.

DESTAQUE

Pioneiro injustiçado

Landell de Moura UFRGS promove seminário de extensão sobre inventor porto-alegrense

Pertencente a uma família bastante tradicional e abastada da cidade, Roberto Landell de Moura optou desde cedo pela simplicidade da vida religiosa. Em Roma, onde foi ordenado padre, adquiriu conhecimentos nas áreas da Física e da Química, os quais, mais tarde, serviram para colocar em prática suas ideias. Para ele, equilibrar fé e ciência nunca foi um problema. "Quero mostrar ao mundo que a Igreja Católica não é inimiga da ciência e do progresso humano", escreveu certa vez.

Em comemoração aos 150 anos de nascimento desse ilustre porto-alegrense, a UFRGS está realizando o seminário de extensão "Por que Padre Landell de Moura foi inovador?". Organizado pelas Pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão, pelo Museu da Universidade e pelo Planetário Prof. José Baptista Pereira, o evento, que teve início no dia 22 de junho, é composto de quatro painéis que buscam expor o contexto sociocultural e tecnológico em que viveu o inventor, suas descobertas, sua relação com a igreja e a relevância dos seus experimentos para a comunicação.

Dentre suas descobertas, destacam-se o telégrafo sem fio, o telefone sem fio e o transmissor de ondas, considerado o precursor do rádio. Sobre esse último invento, Ana Celina, aluna do curso de Museologia da UFRGS e uma das palestrantes do seminário, esclarece a polêmica que envolveu sua criação: "Apesar de muitos atribuírem ao italiano Guglielmo Marconi a invenção do rádio, foi o Padre Landell, entre 1893 e 1894, o primeiro no mundo a conseguir transmitir a voz humana a distância sem o auxílio de fios".



Nos dias dos painéis será montada no saguão do Salão de Atos uma estação de rádio do Clube de Radioamadores pelo Colégio Militar e pela Escola Parobé e duas mostras: uma de rádios antigos do Museu do Rádio e outra de equipamentos do acervo da Rádio da Universidade. O evento também terá, entre outras atividades, uma exposição de banners itinerante, que abrirá dia 11/09, às 17h, no Planetário. Em agosto, está prevista a inauguração da Estação Radioamadora da Escola de Engenharia.

Para Altamiro Susin, curador do seminário e professor do Departamento de Engenharia Elétrica, "o Padre Landell é uma lição para o Brasil nesse momento em que nos propomos a aparecer no concerto das nações como um país tecnológico. Certamente merece reflexão a falta de apoio para com as pessoas que trabalham com ciência e tecnologia". Apesar de suas

descobertas pioneiras, o inventor morreu no anonimato, em 1928, vítima de tuberculose. "Ele não foi compreendido na sua época. Na igreja, foi perseguido. Achavam que era bruxo, acusaram-no de ter pacto com o demônio. Alguns fanáticos chegaram, inclusive, a destruir seu laboratório em Campinas, São Paulo", comenta Ana Celina.

No dia 8 de julho, às 19h, na sala II do Salão de Atos, será realizado o segundo painel do seminário. Intitulado "Artes e ofícios: ciência e tecnologia", o encontro buscará refletir sobre metodologias e conhecimentos necessários para a transformação das descobertas técnico-científicas em bens na virada do século XIX para o século XX.

As atividades têm entrada franca, e as inscrições podem ser feitas pelo site do museu da UFRGS (www.museu.ufrgs.br). Mais informações pelos telefones 3308-3390 e 3308-4022.

CINEMA

História no Cinema para Vestibulandos 2011

Ciclo promovido pela Pró-reitoria de Extensão da UFRGS em parceria com o CineBancários, precedido de palestras com estudantes e professores de História da UFRGS. As sessões têm entrada franca e ocorrem no primeiro e no último sábado de cada mês.

República Velha CAFUNDÓ (Brasil, 2005, 101 minutos), de Clóvis Bueno e Paulo Betti
Depois de libertado, escravo passa a ter alucinações, acreditando ser capaz de curar doenças.
Palestrantes: Mathias Scherer e Larissa Grisa
Sessão: 2 de julho, às 9h30min

Era Vargas ALELUIA, GRETCHEN! (Brasil, 1976, 118 min), de Sylvio Back
A saga de uma família de imigrantes alemães que foge da Alemanha nazista e se fixa no sul do Brasil.
Palestrantes: Frederico Bartz e Marcos Luft
Sessão: 30 de julho, às 9h30min

A infância no cinema

O ciclo com curadoria de Tânia Cardoso e apoio do Centro de Entretenimento E o Vídeo Levou. As sessões ocorrem na Sala Redenção e têm entrada franca.



OS INCOMPREENDIDOS (França, 1959, 100min), de François Truffaut
Jovem desprezado pelos pais mergulha numa vida de pequenos delitos e transgressões.
Sessões: 1.º de julho, 16h; 7 de julho, 19h

OS MENINOS DA RUA PAULO (Hungria, 1969, 110min), de Zoltan Fabri
Dois grupos de meninos disputam um terreno baldio em Budapeste.
Sessões: 1.º de julho, 19h; 4 de julho, 16h

O GAROTO SELVAGEM (França, 1970, 83min), de François Truffaut
Menino resgatado da selva torna-se objeto de estudo de um professor.
Sessões: 4 de julho, 19h; 5 de julho, 16h

O ESPELHO (Rússia, 1974, 110 min), de Andrei Tarkovski
Homem relembra a infância vivida na época do Estalinismo.
Sessões: 5 de julho, 19h; 6 de julho, 16h

CRIA CUERVOS (Espanha, 1976, 104min), de Carlos Saura
Menina acredita ter poder sobre a vida e a morte de seus parentes.
Sessões: 7 de julho, 19h; 8 de julho, 16h

NA IDADE DA INOCÊNCIA (França, 1976, 102min), de François Truffaut
A transição da infância à adolescência por meio das vivências de um grupo de crianças.
Sessões: 8 de julho, 19h; 11 de julho, 16h

MINHA VIDA DE CACHORRO (Suécia, 1985, 101min), de Lasse Hallström
Por conta da doença da mãe, dois irmãos são enviados para casas de parentes.
Sessões: 11 de julho, 19h; 12 de julho, 16h

IMPÉRIO DO SOL (EUA, 1987, 155min), de Steven Spielberg
Garoto britânico se perde dos pais em meio à invasão japonesa à China.
Sessões: 12 de julho, 19h; 13 de julho, 16h

KOLYA (Tchecoslováquia, 1996, 108min), de Jan Sverak
Músico tem que cuidar do filho de sua noiva, que fugiu da cidade.
Sessões: 14 de julho, 16h; 21 de julho, 16h

ADEUS MENINOS (França, 1987, 103min), de Louis Malle
Durante a 2.ª Guerra Mundial, alunos de um colégio francês compartilham um segredo.
Sessões: 14 de julho, 19h; 15 de julho, 16h

PAISAGEM NA NEBLINA (Grécia, 1988, 133min), de Theodoros Angelopoulos
A viagem de dois irmãos da Grécia para a Alemanha, onde esperam encontrar o pai que nunca conheceram.
Sessões: 15 de julho, 19h; 18 de julho, 16h

LÉOLO (França, 1992, 105min), de Jean-Claude Lauzon
Usando a imaginação, menino protege-se de sua família desequilibrada.
Sessões: 1.º de julho, 19h; 4 de julho, 16h

Sessões: 18 de julho, 19h; 19 de julho, 16h

O BALÃO BRANCO (Irã, 1995, 88min), de Jafar Panahi
Na véspera do Anonovo, menina encontra dificuldades para retornar à sua casa.
Sessões: 19 de julho, 19h; 20 de julho, 16h



CENTRAL DO BRASIL (Brasil, 1998, 112min), de Walter Salles
Mulher que escreve cartas para analfabetos na estação Central do Brasil ajuda menino a encontrar o pai.
Sessões: 21 de julho, 19h; 22 de julho, 16h

A LÍNGUA DAS MARIPOSAS (Espanha, 1999, 96min), de Jose Cuerva
Garoto vê sua cidade transformada pela Guerra Civil Espanhola.
Sessões: 22 de julho, 19h; 25 de julho, 16h

VALENTIN (Argentina, 2002, 83min), de Alejandro Agresti
Menino busca melhorar a vida das pessoas que ama.
Sessões: 25 de julho, 19h; 26 de julho, 16h

A CULPA É DO FIDEL (França, 2006, 99min), de Julie Gavras
Menina tem sua vida familiar alterada quando seus pais ingressam na política.
Sessões: 26 de julho, 19h; 27 de julho, 16h

O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS (Brasil, 2006, 104min), de Cao Hamburger
Quando os pais precisam fugir do país, garoto é deixado num bairro paulista de imigrantes.
Sessões: 27 de julho, 19h; 28 de julho, 16h

STELLA (França, 2008, 102min), de Sylvie Verheyde
Garota da periferia de Paris ingressa numa famosa escola da região, em que fica amiga de menina judia.
Sessões: 28 de julho, 19h; 29 de julho, 16h e 19h

EXPOSIÇÃO

Achutti - Fotografias dos 35 Anos de Carreira

O projeto Percurso do Artista exibe as fotografias de Luiz Eduardo Robson Achutti, professor do Instituto de Artes e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS. Com curadoria de Boris Kossov, a programação prevê ainda encontros com o artista e oficinas de técnicas de fotografia. Visitação: até 29 de julho Local e horário: Sala Fahrion, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h Informações: www.difusa-cultural.ufrgs.br Entrada franca

2.º módulo da exposição Tendências Contemporâneas

Sob a curadoria de Rodrigo Núñez e Patrícia Bohrer, a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do IA/UFRGS apresenta o segundo módulo da exposição *Tendências Contemporâneas*. A mostra divulga a produção artística recente gerada na universidade. Formados em 2010/2, os participantes dessa edição são: Adriane Pritsch, Bruno Seelig, Carlos Mateus Souza, Clau Paranhos, Ismael Monticelli, Jener Gomes, Natália Gomes, Rafael Mazzoca, Ronaldo Ferreira e Thais Leite. Visitação: 6 a 22 de julho Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, das 10h às 18h, de segunda a sexta Informações: 3308-4302 ou iapin@ufrgs.br Entrada franca

Secretaria do Patrimônio Histórico: Recuperando Memórias

Mostra fotográfica itinerante de fotografias dos prédios históricos da UFRGS, enfocando seu processo de restauração. A mostra irá circular pelos Restaurantes Universitários dos Câmpus da Saúde, do Centro e do Vale. A iniciativa é da Secretaria de Patrimônio Histórico (SPH) e tem curadoria da socióloga Sônia Piccini e do arquiteto Honores Mambri. Visitação: até 15 de julho Local e horário: RU Câmpus do Vale, segunda a sexta, horários do almoço e janta Informações: 3308-4217

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Rua Senhor dos Passos, 248 - térreo
Fone: 3308-4318

► **CineBancários**
Rua Gen. Câmara, 424
Fone: 3433-1204

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do IA/UFRGS**
Rua Senhor dos Passos, 248 - 1.º andar
Fone: 3308-4302

► **Sala Fahrion**
Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3600

ESPECIAL

Fronteiras do Pensamento

Nessa 5.ª edição, o curso de altos estudos traz reflexões relacionadas à cultura, ao mundo e ao pensamento.



LUIZ FELIPE PONDÉ
Filósofo e psicanalista. Colunista semanal da Folha de S.Paulo, Pondé é considerado um dos

mais provocadores e interessantes pensadores brasileiros. Professor da PUC-São Paulo e da Fundação Armando Alvares Penteado e autor de obras como *O homem insuficiente*, *Crítica e profecia*, *Conhecimento na desgraça* e *Ensaio de filosofia da religião*.
Data: 11 de julho
Local e horário: Salão de Atos, às 19h30min
Ingresso: o passaporte para as 10 conferências custa R\$ 725
Informações: 3019-2326

Conferências UFRGS

Ciclo de dez palestras, com entrada franca, que propõe a reflexão sobre o papel da universidade e do conhecimento na formação e na dinâmica evolutiva dos distintos sistemas sociais.

O CONHECIMENTO NOS CENÁRIOS DO FUTURO César Zen Vasconcellos, professor do Instituto de Física e curador do evento, traça uma retrospectiva das mudanças sofridas pelas diferentes organizações sociais ao longo da história e propõe uma reflexão sobre quais serão os cenários futuros para a universidade, o conhecimento e a sociedade.
Data: 13 de julho
Local e horário: Sala Fahrion, às 19h
Entrada franca

Preservação de Patrimônio Cultural

Dividida em cinco encontros, a 2.ª edição do curso visa estimular a reflexão acerca do conceito de autenticidade em patrimônio cultural. O evento é destinado a profissionais que atuam

em museus, prefeituras, universidades, bibliotecas e ao público em geral.

PRESERVAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS Palestra com as pesquisadoras Susana Meden, presidente da Fundação Patrimônio Histórico da Argentina, e Silvana Bojanoski, professora da UFPEL. Data: 2 de julho (sábado)
Local e horário: sala II do Salão de Atos da UFRGS, das 9h às 13h
Ingresso: O curso completo custa R\$ 160 e as palestras individuais R\$ 50. Estudantes têm desconto de 50% em ambos os valores, e sócios da ACOR-RS em dia com as anuidades estarão isentos de pagamento. Reservas pelo e-mail: cursosacorrs@gmail.com
Informações: 3308-3159 ou 3308-3436

MÚSICA

Ospa-UFRGS

Haverá distribuição de ingressos à comunidade acadêmica, nas quintas-feiras que antecedem a realização dos concertos no Salão de Atos. Mais informações pelo site www.ospa.org.br

CONCERTO PARA A JUVENTUDE
Regência: Ira Levin
Data: 3 de julho, às 11h
Entrada franca

11.º CONCERTO OFICIAL
Regência: Ira Levin
Data: 5 de julho, às 20h30min
Ingressos: R\$ 20

12.º CONCERTO OFICIAL
Regência: Adrian Havila.
Solista: Romain Garioud (violoncelo)
Data: 19 de julho, às 20h30min
Ingressos: R\$ 20

13.º CONCERTO OFICIAL
Regência: Roberto Duarte. Solista: Alexandre Silverio (fagote)
Data: 26 de julho, às 20h30min
Ingressos: R\$ 20

Unimúsica

ENSAIO ABERTO COM TRIO 3-63
Data: 13 de julho
Local e horário: Salão de Atos, às 20h
Entrada franca

TRIO 3-63
Show com a flautista Andrea Ernest, o pianista Paulo Braga e o percussionista Marcos Suzano, o TRIO 3-63 homenageia Moacir Santos, primeiro maestro negro da Rádio Nacional. Participação de Lui Coimbra e Carlos Negreiros.

Data: 14 de julho
Local e horário: Salão de Atos, às 20h
Ingresso: 1 kg de alimento não perecível. Os ingressos poderão ser retirados na bilheteria do Salão de Atos a partir de 11 de julho.



Meu Lugar

na UFRGS

Muito obrigado, dona Ody

Acompanhados da equipe da TV, nos dirigimos ao Departamento de Arte Dramática (DAD), localizada no centro de Porto Alegre, em uma quinta-feira pela manhã. Ao entrar no antigo prédio, já encontramos dona Ody a postos e somos recebidos com um sorriso no rosto. Logo percebo algumas diferenças em relação à última edição, quando o *Meu lugar* foi super, pois dessa vez ele era mini. Mas somente em espaço físico: uma acanhada sala com, no máximo, dois metros quadrados e paredes pintadas de amarelo. A decoração também é simples, apenas um pequeno espelho na parede – ao lado de uma janela que se abre para as calçadas da rua General Vitorino – e uma estante com as chaves das salas. O ambiente é completado por uma mesa onde fica o telefone, ao qual dona Ody está sempre atenta – antes da entrevista, ela nos pergunta preocupada: “Se tocar, posso atender?” – e a Bíblia que a evangélica lê quando o movimento na portaria permite.

Começamos com as apresentações. Ody Mariano Lucas tem 70 anos, nasceu em

Celina coordenava o departamento: “Ela era maravilhosa. Um dia chegou aqui de madrugada, me encontrou trabalhando e me mandou para casa. Mesmo com as ordens dela, continuei chegando cedo”. A amizade com o atual chefe do departamento, professor João Pedro Gil, e com os alunos também a emociona: “A nossa relação é maravilhosa, parecemos uma família. Eu digo para o professor Gil que nós temos um amor espiritual que não morre nunca. Com uns alunos eu brinco mais, com outros menos”.

Com a contratação de empresas terceirizadas para fazer a limpeza na Universidade, dona Ody passou para a portaria do prédio, local em que trabalha até hoje. Quando fala do novo posto, ela se mostra orgulhosa: “Agradei a Deus, me senti muito feliz e muito honrada. Meu trabalho é receber os alunos e os professores, fazer um cafezinho para eles e atender ao telefone”. Agora, a aposentadoria está chegando e ela já faz planos para não se desvincular do departamento: “Vai aparecer alguma coisa pra eu fazer. Caso não aconteça, eu vou feliz para casa



FLÁVIO DUTRA/JU

Cruzilhada do Sul. Um pouco incomodada com a presença da câmera, ela nos diz que é do signo de escorpião, mas não acredita muito nessas coisas. A sua fé está em Deus: “Ele é a coisa mais preciosa que nós todos temos. A Bíblia está sempre aqui do meu lado”, afirma e, em seguida, proclama o último salmo que havia lido. Ela está na UFRGS há 23 anos e conta como começou a trabalhar na Universidade: “Eu trabalhava em vários lugares, mas era muito ruim e não estava contente. Então, pedi para Deus me dar um serviço e, de repente, apareceu esta oportunidade em um passe de mágica. Agarrei esse emprego com unhas e dentes”. Quando foi contratada, dona Ody era a única responsável pela limpeza do prédio do DAD e saía cedo de casa para dar conta de todo o trabalho. “Esse prédio tem quatro andares com o térreo. Eu vinha para cá de madrugada, chegava entre 3 e 4h e só ia embora à noite, para conseguir fazer toda a limpeza”, conta.

Ela relembra as dificuldades quando iniciou o trabalho no departamento: “Eu e minha colega não podíamos ir ao médico nem estudar. Era uma escravidão”. Para fugir dos padrões, conta que “se sentava escondida em umas cortinas sujas para descansar”. Com a chegada de novos diretores, as condições de trabalho melhoraram, e a funcionária recorda histórias da época em que a professora Ida

porque completei tudo, não deixei nada para trás”.

Para terminar, pergunto o que ela acha dessa história de aparecer no JU e na TV da UFRGS. “Eu acho maravilhoso, pois a gente trabalhou a vida inteira sem pedir nada em troca”, responde. A câmera é desligada e ela pede desculpas: “Eu sei que não foi bem o que vocês queriam...”.

Dona Ody, foi muito mais do que nós queríamos! Afinal, não poderíamos esperar mais dedicação e carinho do que você demonstrou ter pelo seu lugar na UFRGS. Volto à comparação com a última edição do JU acreditando que o trabalho dessa funcionária é tão importante para a Universidade quanto à infraestrutura de alta-complexidade oferecida pelo Centro de Supercomputação. Saio da entrevista pensando que com esse espaço no Jornal da Universidade pelo menos podemos deixar um “muito obrigado!”. E nesse registro fica o nosso reconhecimento.

Luiz Eduardo Kochhann, estudante de Jornalismo da Fabico

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, a partir das 20h10min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

FLÁVIO DUTRA/JU



Ligada às origens

Nádya Pesce da Silveira Para a pesquisadora, a cultura científica brasileira deveria valorizar mais os produtos naturais típicos de cada região

A paisagem pampiana da cidade de Santiago sempre será uma das lembranças mais marcantes da infância de Nádya Pesce da Silveira. Para a professora e pesquisadora do Instituto de Química da UFRGS, há algo na geografia do lugar que parece se incorporar à visão de mundo daqueles que ali nascem: “Todas as pessoas que vêm de lá têm necessidade de olhar para o horizonte e enxergar pontos muito distantes. Elas não gostam de se verem privadas nem de espaço nem de visão”. Como boa santiaguense, Nádya não foge a essa regra: vontade de ultrapassar fronteiras e limites é o que nunca lhe faltou.

Graduada em Química Industrial pela Universidade Federal de Santa Maria, Nádya conta que a escolha profissional foi fortemente influenciada pela história da família. Seu avô paterno, além de agricultor, utilizava princípios da homeopatia para ajudar as pessoas a curar ou amenizar suas doenças. “Ele não era médico nem farmacêutico; era um autodidata”, define.

Mas foi por intermédio do pai, Jefferson Gomes da Silveira, que ela teve, de fato, seu primeiro contato com o universo da química. “Ele era dono de uma farmácia em Santiago. Eu ia com ele para lá, observava como eram feitas as formulações e também mexia nos equipamentos de vidro”, relembra. Marie Curie, ganhadora do Nobel de Química em 1911 e cuja biografia Nádya, na época com 15 anos, encontrou em meio aos muitos livros da família, também foi outra inspiração.

Entre painelas e tatames – Curiosa desde criança, a pesquisadora revela que sempre teve vontade de fazer coisas diversificadas. A mãe, Teresinha Pesce Silveira, professora de escola primária, foi em parte “culpada” por esse hábito, já que alimentava, por meio de livros e de muito estudo, o interesse dos filhos pela informação.

A culinária é uma dessas atividades que Nádya cultiva como hobby. A química, porém, tem seu espaço reservado junto a painelas e ingredientes: “Ao cozinhar, a gente aproveita para observar determinadas coisas que carregamos da profissão. Quando tu vais fazer um bolo, por exemplo, do início até o fim, tu estás utilizando princípios físico-químicos para que

aquele alimento possa ser produzido”. As receitas das bisavós e avós não escapam de suas experiências “científico-gastronômicas”. Incorporando ingredientes atuais e utilizando seu conhecimento químico, Nádya gosta de reconstituir os pratos que estão descritos nos livros de receitas da família.

A professora também tem uma faceta oriental. Ela pratica, há 22 anos, uma arte marcial criada no Japão chamada Aikidô, que busca estimular a defesa em vez do ataque. Segundo Nádya, é muito importante unir conhecimento e movimento: “Só o conhecimento não vai resolver todos os problemas, e só o movimento do corpo, só o cuidar do corpo também não. É preciso existir uma combinação entre o corpo e a mente”.

Explorando outras culturas – Uma experiência profissional e pessoal marcante para a pesquisadora foi sua viagem, logo após se formar em Santa Maria, a Moçambique, na África. Em um programa de colaboração internacional, Nádya trabalhou como química responsável na Unidade de Direção Têxtil e numa empresa de produção de tecidos, ambas localizadas na capital do país, Maputo. “Eu acabei me tornando uma pessoa bastante interessada pela África e isso, de certa forma, modificou a visão que eu tenho da sociedade e do Brasil, inclusive”, reflete.

Na UFRGS, onde fez o seu mestrado, Nádya começou a trabalhar como bolsista de pesquisa, depois que retornou do doutorado na Alemanha. Ela brinca que ensinar e ver a evolução dos alunos é a sua “terapia”: “Quando entro na aula, eu esqueço de todo o resto. Dizem os especialistas que o melhor é a pessoa esquecer de todos os problemas em determinados momentos para poder relaxar. Para mim, a aula é esse momento, quando eu recarrego as pilhas”.

No pós-doutorado na França, o que mais lhe chamou a atenção foi o fato de os franceses valorizarem muito moléculas e processos naturais. Essa perspectiva acabou por influenciar uma das pesquisas que mais tem marcado a trajetória da professora: a utilização da lecitina, obtida como subproduto da produção do óleo de soja, e da quitosana, biopolímero retirado da carapaça do camarão,

para o desenvolvimento de potenciais produtos tecnológicos que incluem desde invólucros para vacinas até bases cosméticas. “Nesse projeto, a gente utiliza moléculas e sistemas químicos que são oriundos da cadeia produtiva do Estado. Acho bastante importante que tenhamos uma relação mais intrínseca, mais arraigada com a origem da gente. E o Brasil tem um ambiente riquíssimo em produtos naturais, que podem fomentar qualquer ramo da indústria”, completa.

Novos desafios – Além de se dedicar à pesquisa e dar aulas para a graduação e para a pós-graduação em química, Nádya ocupa, desde abril deste ano, o cargo de Diretora Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Na instituição, ela pretende conseguir o apoio adequado aos projetos de pesquisa desenvolvidos no estado.

Segundo a pesquisadora, o nosso estado é um dos lugares que mais produz “cérebros” em várias áreas do conhecimento, mas que, infelizmente, acabam sendo “exportados” para outras regiões do país. “Hoje em dia a gente está vendo uma fuga de cérebros no RS. Nós temos vários pesquisadores que são atuantes em áreas de ponta, que ganham prêmios ou colaborações internacionais, mas que vão para Brasília, São Paulo, Paraná e também para o exterior porque aqui não encontram as mesmas condições de execução daquela atividade”, lamenta.

Baseada na sua experiência, Nádya resume a fórmula pessoal que tem trazido tantas vivências enriquecedoras a sua vida: “Depois de certo tempo, a gente chega à conclusão de que não adianta ser somente profissional, precisa ser também um ser humano e estar preparado com as diversas ferramentas que a sociedade fornece. Tem que ter consciência política, procurar ter um equilíbrio ecológico, procurar ver o outro, e não só o próprio umbigo. O seu trabalho não vai estar inserido num contexto mundial se você fizer química encerrado no laboratório e nunca sair de lá. É preciso estar conectado com outros aspectos da vida”.

Daiane de David, estudante do 5.º semestre de jornalismo da Fabico



“Isto é o meu corpo”

FOTOS **MARI SCHIRMER**

MARI SCHIRMER FORMOU-SE EM ARTES VISUAIS PELO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2010. O TRABALHO AQUI REPRODUZIDO INTEGROU O PRIMEIRO MÓDULO DA EXPOSIÇÃO “TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS”, APRESENTADA NA PINACOTECA BARÃO DE SANTO ÂNGELO DO IA

A série fotográfica apresentada nesta página é resultado de um olhar artístico sobre atos de fé. Registra o momento em que pessoas buscam um contato com o corpo invisível de Deus, apresentando fragmentos de corpos visíveis que expressam diversos conceitos e intenções. Baseia-se no episódio bíblico conhecido como “Santa Ceia”, descrito no livro de Lucas, 22:19, que descreve a cena em que Jesus teria reunido pela última vez os seus discípulos e, ao tomar e partir o pão, dito: “...Isto é o meu corpo”.

Além de buscar o registro dos atos de fé, dos gestos de adoração e abnegação de pessoas ajoelhadas, almejando o contato com Deus, as imagens também trazem uma série de informações que ampliam as possibilidades antropológicas de sua leitura: o desgaste dos sapatos, as cores e texturas das roupas, as posições dos pés, as almofadinhas sob os joelhos, o tamanho dos saltos, as combinações..., sobre o piso contemporâneo, quadriculado e frio de um cenáculo. Assim, tornam-se pontos impregnados de significados que nos convidam a meditar sobre a ação e a razão das cenas repetidas ou, simplesmente, a considerar se é possível julgar ou definir a personalidade, os valores, a condição de vida de uma pessoa apenas por um fragmento de seu corpo, pela maneira como se veste e se apresenta socialmente, ou, ainda, pela sua fé.

DESTAQUE

